

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2015

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

1 Contexto Operacional

A Cosan S.A. Indústria e Comércio (“Cosan” ou “a Companhia”) é uma companhia de capital aberto com suas ações negociadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sob a sigla CSAN3, e tem sua sede na cidade de São Paulo, Brasil. A Companhia é controlada pela Cosan Limited, que detém 62,51% do seu capital social.

A Cosan, por meio de suas controladas, atua principalmente nos seguintes segmentos de negócio: (i) distribuição de gás natural canalizado em parte do Estado de São Paulo por meio de sua controlada Companhia de Gás de São Paulo – COMGÁS (“COMGÁS”); (ii) compra, venda e arrendamento de terras agrícolas por meio de sua controlada Radar Propriedades Agrícolas S.A. (“Radar”); (iii) produção e distribuição de lubrificantes licenciados sob a Marca Mobil no Brasil, Bolívia, Uruguai e Paraguai, além de mercado europeu e asiático com a Marca Comma (“Lubrificantes”); e (iv) demais investimentos, além das estruturas corporativas da Companhia (“Cosan outros negócios”).

A Companhia também possui participação indireta em duas companhias controladas em conjunto (“joint ventures” ou “JVs”): (i) Raízen Combustíveis S.A. (“Raízen Combustíveis”), no negócio de distribuição de combustíveis, e (ii) Raízen Energia S.A. (“Raízen Energia”), no negócio de produção e comércio de açúcar, etanol e cogeração de energia, principalmente, produzida a partir do bagaço de cana de açúcar. A Cosan e a Royal Dutch Shell (“Shell”) compartilham o controle das duas entidades, em que cada uma detém 50% do controle econômico. De acordo com o CPC19 (R2) / IFRS11, a Companhia registra esses investimentos nas demonstrações financeiras utilizando o método de equivalência patrimonial.

Em 1 de outubro de 2014, mediante Assembleia Geral Extraordinária (AGE), foi deliberada e aprovada a cisão parcial da Cosan S.A. e incorporação, pela Cosan Log, da parcela cindida, que corresponde às atividades de logística (“Rumo”) (veja nota 30). A cisão visa à segregação das atividades da Cosan S.A. para que cada segmento de negócio dedique-se a sua especialidade de atuação, estabelecendo estruturas de capital adequadas para cada uma das empresas. Além disso, proporcionar ao mercado maior visibilidade sobre o desempenho de cada uma das Companhias, permitindo aos acionistas e investidores uma melhor avaliação de cada ramo de negócio de forma a permitir a alocação de recursos de acordo com seus interesses e estratégia de investimento.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A partir de 2014 o IFRS passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, portanto as demonstrações financeiras individuais também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)).

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 16 de fevereiro de 2016.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Propriedades para investimento mensuradas pelo valor justo; e
- O passivo atuarial de benefício definido é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e do valor presente da obrigação do benefício definido e é limitado, tal como divulgado na Nota 32.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação de investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas com base na moeda funcional de cada sociedade.

Para as controladas localizadas no exterior, os seus ativos e passivos foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio do fechamento do exercício e os resultados foram apurados pela taxa média mensal durante o exercício. Os efeitos de conversão estão registrados no patrimônio líquido dessas controladas, as principais moedas funcionais das subsidiárias localizadas fora do Brasil são o dólar (US\$) ou a libra esterlina (GBP).

2.4 *Uso de estimativas e julgamentos*

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Notas 15 e 16 – Imobilizado e Intangível

A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de ativos intangíveis e imobilizados. Além disso, um teste de *impairment* é efetuado para o ágio. Um *impairment* existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos os custos de venda e o seu valor em uso. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável em diferentes unidades geradoras de caixa para as quais o ágio é alocado são explicadas na Nota 16.

A controlada Comgás possui contrato de concessão pública de serviço de distribuição de gás, em que o Poder Concedente controla quais serviços devem ser prestados e a que preço, bem como detém, participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Esse contrato de concessão representa o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, durante a vigência do contrato. Assim sendo, a Companhia reconhece como ativo intangível esse direito.

Sujeito a avaliação do Poder Concedente, a Companhia tem a opção de requerer uma única vez a prorrogação dos serviços de distribuição por mais 20 anos. Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia direito à indenização a ser determinada com base nos levantamentos e avaliações observando os valores contábeis a serem apurados nessa época. Considerando que a mensuração do ativo financeiro depende de evento futuro, nenhum ativo financeiro é reconhecido.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela controlada Comgás durante o período de vigência do contrato de concessão, considerando a prorrogação, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura em linha com as disposições da ARSESP, conforme divulgado na Nota 16.

A amortização dos componentes do ativo intangível é descontinuada quando o respectivo ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- Nota 13 - Investimento nas controladas em conjunto

A Companhia detém 50% do direito a voto em seu acordo conjunto. A Companhia detém o controle conjunto pois, conforme os acordos contratuais, é requerido consenso unânime entre todas as partes do acordo para todas as atividades relevantes.

As controladas em conjunto Raízen Energia e Raízen Combustíveis são sociedades cuja forma legal faz uma separação entre as partes do acordo conjunto e a própria Companhia. Além disso, segundo os acordos contratuais, confere a Companhia e às partes do acordo, direitos aos ativos líquidos da sociedade. Por essa razão, esse acordo é classificado como *joint venture*.

- Nota 21 – Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que o lucro tributável estará disponível contra o qual os prejuízos possam ser utilizados. Julgamento significativo é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

- Outros ativos não circulantes

A Companhia é parte ativa em ações movidas contra a União Federal, visando as devidas indenizações decorrentes da defasagem de preços de açúcar e etanol. Um crédito de ação indenizatória é reconhecido quando é praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos. Os saldos de crédito de ações indenizatórias estão registrados na linha de “Outros Ativos”, no ativo não circulante, nos montantes de R\$ 830.461 e R\$ 460.103 em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respectivamente (nota 22).

Em função de recentes decisões judiciais, durante o exercício foi reconhecido o valor de R\$ 290.180 (líquido da provisão de honorários advocatícios) relativo a outra ação da mesma natureza descrita acima na linha de “Outras receitas operacionais, líquidas” (nota 29).

A Companhia possui ações indenizatórias adicionais às mencionadas acima, as quais por serem consideradas provável não foram registradas por representarem ativos contingentes.

- Nota 14 – Mensuração a valor justo de propriedades para investimento

A Companhia apresenta suas propriedades para investimento a valor justo, sendo as mudanças no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia contratou avaliadores independentes para determinar o valor justo em 31 de dezembro de 2015. Para propriedades para investimento, o avaliador utilizou a técnica de avaliação com base no método comparativo direto de dados do mercado, tais como pesquisa de mercado, homogeneização de valores, fatores preços de mercado a vista, vendas, distâncias, *facilities*, acesso as terras, topografia e solo, uso da terra (cultura), nível pluviométrico, entre outros em linha com as normas emitidas pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

- Nota 31 – Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros

Quando o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados na demonstração financeira não pode ser derivada de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para estes modelos são praticadas no mercado, sempre que possível, mas se isso não for viável, um grau de

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Julgamento é requerido para estabelecer valores justos. O julgamento é necessário para a determinação sobre os dados, tais como o risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas nesses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

- Nota 32 – Mensuração de obrigações de benefícios definidos – Passivos atuariais

O custo dos planos de benefícios definidos de pensões e outros benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de pensão é determinado usando avaliações atuariais. A avaliação atuarial envolve o uso de várias premissas que podem diferir dos resultados efetivos no futuro. Estas incluem a determinação da taxa de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e futuros aumentos de pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas pela Administração a cada data de balanço.

- Nota 33 – Pagamento baseado em ações

A Companhia mensura o custo da compensação do pagamento baseado em ações dos colaboradores baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 33.

- Nota 18 - Compromissos de arrendamento operacional

A Companhia contratou arrendamentos mercantis comerciais e avaliou os termos e condições dos contratos, os riscos e benefícios assumidos, e desta forma, contabiliza os contratos como arrendamentos mercantis operacionais.

- Nota 22 – Provisão para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas quando: a Companhia tem obrigação legal ou constituída como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o montante foi estimado com segurança

Provisão para demandas judiciais proveniente de uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo na data de aquisição como parte da combinação de negócios.

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia a todos os exercícios e períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da controladora, Cosan, e suas controladas. As controladas estão listadas a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
<u>Controladas</u>		
Águas da Ponte Alta S.A.	65,00%	65,00%
Bioinvestments Negócios e Participações S.A.	65,00%	65,00%
Comma Oil Chemicals	100,00%	100,00%
Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS ⁽ⁱⁱ⁾	61,33%	60,69%
Cosan Biomassa S.A.	100,00%	100,00%
Cosan Cayman II Limited	100,00%	100,00%
Cosan Global Limited	100,00%	100,00%
Cosan Investimentos e Participações S.A.	100,00%	100,00%
Cosan Lubes Investments Limited	100,00%	100,00%
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	100,00%	100,00%
Cosan Luxembourg S.A.	100,00%	100,00%
Cosan Overseas Limited	100,00%	100,00%
Cosan Paraguay S.A.	100,00%	100,00%
Cosan US, Inc.	100,00%	100,00%
Ilha Terminal Distribuição de Produto Químicos ⁽ⁱⁱⁱ⁾	100,00%	-
Nova Agrícola Ponte Alta S.A. ⁽ⁱ⁾	29,50%	29,50%
Nova Amaralina S.A. Propriedades Agrícolas ⁽ⁱ⁾	29,50%	29,50%
Nova Santa Barbara Agrícola S.A. ⁽ⁱ⁾	29,50%	29,50%
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	100,00%	100,00%
Proud Participações S.A.	65,00%	65,00%
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	65,00%	65,00%
Radar Propriedades Agrícolas S.A. ⁽ⁱ⁾	29,50%	29,50%
Terras da Ponte Alta S.A. ⁽ⁱ⁾	29,50%	29,50%
Vale da Ponte Alta S.A.	65,00%	65,00%
Zip Lube S.A.	100,00%	100,00%

i. A Companhia possui controle sobre a Radar, mesmo sem participação majoritária, pois pelo Acordo de Acionistas a Cosan S.A. tem o poder de direcionar todas as atividades relevantes da Radar e exercer poder de maioria em todas as decisões relevantes sobre os assuntos financeiros e operacionais da Radar.

ii. A Companhia passou sua participação para 61,33% na controlada Comgás. A alteração está relacionada ao aumento de capital, da COMGÁS, oriundo de utilização parcial de benefício fiscal de ágio conforme Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária de 30 de abril de 2015. A companhia não reconheceu o novo percentual de participação, pois está aguardando o encerramento do prazo para os minoritários exercerem a opção de compra das ações.

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- iii. Em 1º. de dezembro de 2015, a Cosan, por meio de sua controlada Cosan Lubrificantes e Especialidades (“CLE”), adquiriu 100% das ações ordinárias da Ilha Terminal.

(a) Combinações de negócios

Combinação de negócios são registradas utilizando o método de aquisição. A contraprestação de aquisição transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos e passivos assumidos. Qualquer ágio derivado da transação é testado anualmente para perda por redução ao valor recuperável (teste de *impairment*). Os custos das transações são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes aos pagamentos de relacionamentos pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

(b) Participação de acionistas não controladores.

Para cada combinação de negócios, a Companhia opta por mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida, tanto:

- em valor justo; ou
- em sua participação proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirida, que são geralmente a valor justo.

Mudanças na participação da Companhia em uma controlada que não resultem em perda de controle são contabilizados como transações de patrimônio líquido.

(c) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(d) Investimentos em coligadas (equivalência patrimonial investidas)

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% do poder votante da entidade.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. O custo dos investimentos incluem os gastos com transação.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem receitas e despesas e variações patrimoniais de companhias coligadas, após a realização de ajustes para alinhar as suas políticas contábeis com aquelas da Companhia.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, a parcela atribuível à Companhia sobre o lucro ou prejuízo líquido do exercício desses investimentos é registrada na demonstração do resultado sob a rubrica “Resultado de equivalência patrimonial”. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo. Os outros resultados abrangentes de controladas são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia sob a rubrica “Outros resultados abrangentes”.

(e) Investimentos em controladas em conjunto

A Companhia detém 50% do direito a voto em seu acordo conjunto. A Companhia detém o controle conjunto pois, conforme os acordos contratuais, é requerido consenso unânime entre todas as partes do acordo para todas as atividades relevantes.

As controladas em conjunto Raízen Energia e Raízen Combustíveis são sociedades cuja forma legal faz uma separação entre as partes do acordo conjunto e a própria Companhia. Além disso, segundo os acordos contratuais, confere a Companhia e às partes do acordo direitos aos ativos líquidos da sociedade. Por essa razão, esse acordo é classificado como joint venture (nota 13).

(f) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intergrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intergrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados similarmente, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.2 Moeda estrangeira

(a) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais de cada subsidiária, utilizando as taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

(b) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes na aquisição, são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Reais às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentadas no patrimônio líquido. Entretanto se a controlada não for uma controlada integral, então a parte proporcional da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. Quando uma operação no exterior (controlada, associada ou entidade controlada em conjunto) é alienada, o valor registrado em conta de ajuste acumulado de conversão é transferido para resultado como parte do resultado na alienação.

(c) Conversão das demonstrações financeiras das controladas

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram convertidas para o Real utilizando os seguintes critérios:

- os ativos e passivos foram convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço;
- o resultado, resultado abrangente e os fluxos de caixa foram convertidos pela taxa de câmbio média mensal; e
- o patrimônio líquido foi convertido utilizando a taxa de câmbio histórica;

As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas na rubrica de patrimônio líquido denominada “Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior”.

As demonstrações financeiras de cada controlada incluída nestas demonstrações financeiras consolidadas e os investimentos pelo método da equivalência patrimonial foram preparadas com base na respectiva moeda funcional. Para as empresas controladas, cuja moeda funcional é diferente do Real, as contas de ativos e passivos são convertidas para a moeda de reporte da Companhia, usando as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, e as receitas e despesas são convertidas pelas taxas médias de câmbio do período.

As taxas de conversão do Real (R\$) para o dólar norte americano (US\$) eram R\$ 3,9048 = US\$1.00 em 31 de dezembro de 2015, R\$ 2,6562 = US\$1.00 em 31 de dezembro de 2014.

3.3 Instrumentos financeiros

(a) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

(i) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os ativos financeiros classificados como mantidos para negociação incluem títulos de dívida de curto prazo ativamente gerenciados pelo departamento de tesouraria da Companhia para garantir liquidez de curto prazo necessária.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

(ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento, quando a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. Juros, taxa de câmbio, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na rubrica de receitas e despesas financeiras.

No caso da Companhia, ativos financeiros mantidos até o vencimento compreendem debêntures. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado.

(iii) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e clientes e outros créditos.

(iv) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros resgatáveis em três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(v) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível.

Após o reconhecimento inicial, esses são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda são reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Os investimentos da Companhia em títulos patrimoniais e determinados títulos de dívida são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda.

(vi) Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.

A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

(b) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado mediante o método dos juros efetivos.

Passivos financeiros compreendem empréstimos e financiamentos, títulos de dívida emitidos (incluindo certas ações preferenciais), limite de cheque especial bancário, e fornecedores e outras contas a pagar.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(c) Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizados conforme o IAS 12.

Ações preferenciais

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

(d) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo hedge accounting

A Companhia mantém instrumentos derivativos de *hedge* financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos e registrados individualmente se:

- (a) as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados;
- (b) um instrumento individual com as mesmas condições do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo; e
- (c) o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

No momento da designação inicial do *hedge*, a Companhia formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*. A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, quando continuamente, se existe uma expectativa de que os instrumentos de *hedge* sejam “altamente eficazes” na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o exercício para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80% - 125%. Para um *hedge* de fluxos de caixa de uma transação prevista, a transação deve ter a sua ocorrência como altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que no final poderiam afetar o lucro líquido reportado.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descritas abaixo:

(i) Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* em uma proteção (*hedge*) da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando o item objeto de *hedge* é um ativo não financeiro, o montante acumulado no patrimônio líquido é mantido em outros resultados abrangentes e reclassificados para o resultado no mesmo período ou períodos em que o item não financeiro afeta o resultado. Se a transação prevista já não está prevista para ocorrer, então o saldo no patrimônio líquido é reclassificado para lucros ou prejuízos.

(ii) Hedges de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia só aplica a contabilidade de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos e variação cambial de empréstimos. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de swaps de taxa de juros para proteção contra empréstimos com taxas fixas é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado como "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". As variações no valor justo dos empréstimos com taxas fixas protegidas por *hedge*, atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas na demonstração do resultado como "Despesas financeiras".

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilização do *hedge*, o ajuste no valor contábil de um item protegido por *hedge*, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

(iii) Derivativos embutidos

Variações no valor justo de derivativos embutidos separáveis são reconhecidas imediatamente no resultado.

(iv) Outros instrumentos financeiros derivativos

Quando um instrumento financeiro derivativo não é designado em um relacionamento e não se qualificam como *hedge accounting*, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

3.4 Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção e pelo valor realizável líquido.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos despesas variáveis de vendas aplicáveis.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos.

3.5 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes, ou os grupos de ativos classificados como mantidos para venda, sobre os quais existe a expectativa de serem realizados primariamente por meio da venda ao invés do uso contínuo, são classificados como ativos mantidos para venda. Imediatamente antes de serem classificados como ativos mantidos para venda, os ativos, ou componentes de um grupo de ativos classificados como mantidos para venda, são mensurados conforme as políticas contábeis correspondentes. A partir de então, os ativos, ou o grupo de ativos classificados como mantidos para venda, são geralmente medidos pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo decrescido das despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor em um grupo de ativos classificados como mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e então para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro rata exceto que, nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos, ativos de benefícios a empregado e propriedade para investimento, os quais continuam sendo mensurados conforme as políticas contábeis definidas pela Companhia. As perdas por redução ao valor recuperável apurados na classificação inicial como mantidas para venda e os ganhos e perdas subsequentemente apurados são reconhecidas no resultado. Os ganhos não são reconhecidos quando excedem qualquer perda cumulativa por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida.

3.6 Propriedade para investimento

As terras agrícolas estão demonstradas ao valor justo, com as mudanças no valor justo reconhecidas nos lucros ou prejuízos.

Venda de fazendas não são reconhecidas no resultado até que (i) a venda seja concluída, (ii) a Companhia determinar que o pagamento do comprador seja provável; (iii) a receita puder ser mensurada de forma confiável, e (iv) a Companhia tenha transferido os riscos da propriedade para o comprador, sem qualquer envolvimento. A receita da venda de fazenda é demonstrada na demonstração do resultado na rubrica de “Outras receitas (despesas) operacionais” pela diferença entre o valor de venda e o valor contábil da fazenda vendida.

3.7 Imobilizado

(a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui:

- o custo de materiais e mão de obra direta;
- quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida;
- uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção dos equipamentos e restauração do local em que eles estão localizados, quando a Companhia tem a obrigação de retirar o bem ou restaurar o local; e
- custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

(i) Reclassificação para propriedades para investimentos

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho ou perda resultante dessa nova mensuração é reconhecido no patrimônio líquido.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do momento em que estiverem disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A depreciação é calculada para amortizar o custo de bens do ativo imobilizado menos seus valores residuais estimados usando o método linear ao longo de suas vidas úteis estimadas. A depreciação é geralmente reconhecida nos lucros ou prejuízos, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor prazo entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a menos que esteja razoavelmente certo que a Companhia irá obter a propriedade no fim do prazo da locação. Terrenos não são depreciados.

A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil de cada ativo, seguindo as taxas anuais de depreciação demonstradas abaixo:

Edifícios e benfeitorias	4%
Máquinas, equipamentos e instalações	3% a 10%
Aeronaves, embarcações e veículos	10% a 20%
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de informática	20%

Os custos da manutenção periódica normal são contabilizados em despesas quando incorridos uma vez que os componentes substituídos não melhorem a capacidade produtiva ou introduzam aprimoramentos aos equipamentos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis, se apropriado.

3.8 Ativos intangíveis e ágio

(a) Ágio

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Com relação às investidas registradas por equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento, e sua atualização é realizada por meio de resultado de equivalência patrimonial.

(b) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(c) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(d) Amortização

Exceto pelo ágio, a amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseado nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso sejam adequados.

(e) Contratos com clientes

Os gastos com implantação de sistema de gás (compreendendo tubulação, válvulas e equipamentos em geral) para novos clientes são registrados como intangível e amortizados no período de vigência do contrato.

(f) Ativos intangíveis relacionados com o contrato de concessão

A controlada COMGÁS celebrou um contrato de concessão de distribuição de gás concedido pelo Poder Concedente, que controla quais serviços devem ser prestados e regula preços cobrados, no qual, ao final da concessão, irá deter, participação significativa na infraestrutura. Esse contrato de concessão representa o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, durante sua vigência. Assim sendo, a controlada reconhece como ativo intangível esse direito.

O ativo intangível é composto por: (i) direito de concessão reconhecido quando da combinação de negócios da COMGÁS, cuja amortização é efetuada linearmente considerando o prazo prorrogado da concessão; e (ii) ativos adquiridos ou construídos da concessão, que compreende a infraestrutura necessária para a distribuição de gás natural, e são amortizados e depreciados refletindo o padrão de consumo no qual o benefício econômico futuro são esperados para ser consumidos pela controlada, ou ao final do termo da concessão, o qual ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos está relacionados a vida útil econômica dos ativos destacados que compõem a concessão. Esta vida útil econômica é usada pelo regulador para determinar a base tarifária de prestação dos serviços, de acordo com o contrato de concessão celebrado com o Poder Concedente.

O contrato de Concessão foi assinado em 31 de maio de 1999 com prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado por 20 anos mediante requerimento da concessionária e aprovação subsequente do poder concedente. Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia direito à indenização a ser determinada com base nos levantamentos e avaliações observando os valores contábeis a serem apurados naquela época.

Adicionalmente, o contrato de concessão determina que as tarifas praticadas pela COMGÁS devam ser revisadas uma vez ao ano, no mês de maio, com o objetivo de realinhar o seu preço ao custo do gás e ajustar a margem de distribuição pela inflação.

3.9 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(a) Ativos financeiros não derivativos

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(i) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) Ativos disponíveis para venda

As perdas de *impairment* em ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação dos prejuízos acumulados registrados no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização, e o valor justo atual, menos qualquer perda de *impairment* previamente reconhecida no resultado.

(b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os propriedade para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa (“UGC”) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes com base na taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado.

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada com ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia apresenta a contraprestação contingente de R\$ 137.682 e R\$ 186.649, respectivamente, referente à combinação de negócios com a Esso em 2008. Essa contraprestação contingente é mensurada ao valor justo com as alterações do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Companhia pagou R\$ 66.241 relacionado a essa contraprestação contingente (R\$ 60.200 pagos no exercício findo em 31 de dezembro de 2014).

A contraprestação é contingente em atender certas metas de receita bruta e volumes de vendas de alguns antigos produtos da ExxonMobil por um período de 10 anos a partir da data de aquisição, em 2008.

3.11 Benefícios a empregados

(a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios a empregados de curto prazo são mensuradas em uma base não descontada e são contabilizadas conforme o serviço relacionado seja prestado. Um passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em bônus em dinheiro de curto prazo ou planos de participação nos lucros se o grupo tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação pode ser estimada de forma confiável.

(b) Transações de pagamento baseado em ações

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

O valor justo do valor a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre valorização de ações, que são liquidáveis em caixa, é reconhecido como despesa com o correspondente aumento nos passivos, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é mensurado novamente a cada data de apresentação das demonstrações financeiras e na data de liquidação. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas como despesas com pessoal no resultado.

(c) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

(d) Planos de benefício definido

A Companhia é patrocinadora de uma Sociedade de Previdência Privada que tem a finalidade de manter plano de suplementação de benefícios para parte de seus empregados. O custo de proporcionar benefícios no âmbito do plano de benefício definido é determinado anualmente por atuários independentes utilizando o método da unidade de crédito projetada.

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não um plano de contribuição definida.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

(e) Outros benefícios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras sobre títulos de primeira linha, cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que são expressos na moeda em que os benefícios devem ser pagos. O cálculo é realizado por meio do método de crédito unitário projetado. Quaisquer ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no período em que surgem.

3.12 Receitas

(a) Receita de produtos

Receitas provenientes da venda de bens no curso normal das atividades são medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquido de devoluções, descontos comerciais e abatimentos de volume. A receita é reconhecida quando os riscos e benefícios de propriedade significativos foram transferidos para o cliente, a recuperação da consideração é provável, os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de forma confiável, não há envolvimento continuado de gestão com os bens, bem como o montante da receita pode ser mensurado de forma confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de forma confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita, como as vendas são reconhecidas.

(b) Receita de serviços

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas quando a entidade transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável. Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. Serviços cujo pagamento é feito antecipadamente são registrados como receita diferida sob o título de outras obrigações e contabilizados como receitas mediante a prestação de serviços efetiva.

A Companhia reconhece a receita da seguinte forma:

(i) Receita faturada

A receita de prestação de serviços de distribuição de gás é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, sendo reconhecida no resultado no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes.

(ii) Receita não faturada

Receita não faturada refere-se à parte do gás fornecido, para o qual a medição e o faturamento aos clientes ainda não ocorreram. Este valor é calculado com base estimada referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

O volume real cobrado pode ser diferente da estimativa. A Companhia acredita que, com base na experiência anterior com operações semelhantes, o valor não faturado não difere significativamente dos valores reais.

(iii) Receita de construção em concessão

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerado um serviço de construção prestado ao Poder Concedente, e a receita relacionada é reconhecida na demonstração do resultado pelo valor justo.

Os custos de construção são reconhecidos por referência ao estágio de conclusão da atividade de construção, no final do período de referência, e são incluídos no custo de linha de vendas em nossa demonstração do resultado consolidado.

3.13 Subvenção e assistência governamentais

Subvenção e assistência governamentais são reconhecidas quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. A Companhia possui um incentivo fiscal cujo benefício se refere a um item de despesa, que é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

O benefício fiscal compreende redução de 75% sobre o imposto de renda e adicionais não restituíveis apurados sobre o lucro de exploração iniciado em 2008 e término do prazo em 2024.

3.14 Arrendamento mercantil

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

(a) Ativos arrendados

Ativos detidos pela Companhia no âmbito de contratos de arrendamento que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os ativos detidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos na demonstração da posição financeira da Companhia.

(b) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

Os valores pagos antecipadamente pela Companhia são registrados no ativo e alocados no resultado linearmente no decorrer do prazo do contrato. Os encargos incorridos no período de carência são registrados no resultado e mantidos como obrigações a pagar, sendo baixados proporcionalmente ao pagamento das parcelas correntes.

3.15 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos na reavaliação a valor justo de participação pré-existente em controlada, ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, pelo método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis), e perdas nos instrumentos de hedge que estão reconhecidos no resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais sobre ativos e passivos financeiros são reportados em uma base líquida ou como receita financeira ou despesa financeira, dependendo se os movimentos em moeda estrangeira estão em uma posição de ganho líquido ou perda líquida.

3.16 Impostos e contribuições

Imposto de renda abrange o imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%. As despesas com imposto compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto na medida em que se trata de uma combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Além disso, para algumas controladas o imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base na aplicação do percentual de presunção de lucro de 32% sobre as receitas operacionais auferidas incidindo alíquota de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a receita tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre a receita auferida tributável para contribuição social.

(a) Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto corrente a pagar também inclui qualquer obrigação tributária decorrente da declaração de dividendos.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade nem o lucro ou prejuízo fiscal;
- diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio.

A mensuração dos impostos diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Para propriedades de investimento que sejam mensuradas pelo valor justo, a presunção de que o valor contábil da propriedade para investimento será recuperado por meio da venda.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão, utilizando as taxas de imposto aprovadas na data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, se são impostos relacionados a mesma entidade tributável, ou em diferentes entidades fiscais, mas que pretendem resolver passivos fiscais correntes e ativos em uma base líquida, ou se seus ativos e passivos fiscais sejam realizados simultaneamente.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que é provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revisados a cada data de relatório e serão baixados na medida em que não é mais provável que o benefício fiscal será realizado

(c) Impostos indiretos

A receita líquida é reconhecida líquida de descontos e impostos sobre vendas.

(d) Riscos fiscais

Na determinação do montante de imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e os juros adicionais podem ser devidos. Esta avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem tornar-se disponíveis, que pode fazer com que a Companhia mude sua decisão sobre a adequação das obrigações fiscais existentes; tais alterações obrigações fiscais terão impacto na despesa de imposto no período em que tal determinação é efetuada.

3.17 Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

3.18 Fluxo de caixa – transações que não envolvem caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram o caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa consolidados:

- (i) Compensações de REFIS com ativos financeiros da ExxonMobil no montante de R\$ 350.301 (nota 12); e
- (ii) Compensações de REFIS com crédito de ações indenizatórias no montante de R\$ 156.588 (R\$ 404.727 em 31 de dezembro de 2014).

4 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas e interpretações são efetivas para os períodos anuais iniciados após 1 de janeiro de 2016, e não tenham sido aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas. Nenhuma delas deverá ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia, exceto o seguinte estabelecido abaixo:

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, publicado em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A Companhia está avaliando o impacto total da IFRS 9. A Companhia também irá considerar o impacto das fases restantes da IFRS 9 quando concluído pelo Conselho.

A IFRS 9 é efetivo para o exercício a iniciar em 1º de janeiro de 2018, com a adoção antecipada permitida.

- IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes exige o reconhecimento da receita refletindo a contraprestação esperada a receber em troca do controle desses bens e serviços. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - Contratos de Construção, a IAS 18 - Receitas e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.
- IFRS 16 – Arrendamentos exige uma entidade a reconhecer que todos os arrendamentos nos quais a Companhia é arrendatária deverão estar reconhecidos no balanço. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui a IAS 17 – Arrendamentos.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que não entraram em vigor e que se espera que tenha um impacto significativo sobre a Companhia.

5 Informação por segmento

As informações sobre segmentos são baseadas em informações utilizadas pela Administração para avaliar o desempenho dos segmentos operacionais e tomar as decisões relacionadas à aplicação dos recursos financeiros. A Administração avalia o desempenho de seus segmentos operacionais com base na medida de EBITDA¹. A reconciliação do EBITDA para o lucro (prejuízo) do período é apresentada a seguir.

Segmentos operacionais

- I. Raízen Energia: produção e a comercialização de uma variedade de produtos derivados de cana-de-açúcar, incluindo açúcar bruto (denominado VHP), etanol combustível, anidro e hidratado. Esse segmento também contém as atividades relacionadas à cogeração de energia a partir do bagaço da cana-de-açúcar, além de participações em empresas de pesquisas e desenvolvimentos de novas tecnologias.
- II. Raízen Combustíveis: distribuição e comercialização de combustíveis, principalmente por meio da rede de postos sob a marca “Shell” no Brasil.
- III. COMGÁS: distribuição de gás natural canalizado em parte do território do Estado de São Paulo (aproximadamente 180 municípios, inclusive a região da Grande São Paulo) para consumidores dos setores industrial, residencial, comercial, automotivo, termogeração e cogeração.
- IV. Radar: gestão, compra, venda e arrendamento de terras agrícolas.

¹ Sigla em inglês na qual representa o lucro antes do juro, imposto, depreciação e amortização

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- V. Lubrificantes: produção e distribuição de lubrificantes sob a marca Mobil no Brasil, Bolívia, Uruguai e Paraguai, além do mercado Europeu e Asiático com a marca Comma.
- VI. Cosan outros negócios: Demais investimentos, além das estruturas corporativas da Companhia. O segmento de outros negócios inclui subsidiárias com objetivo de captação de recursos financeiros para o grupo.

Os segmentos Raízen Energia e Raízen Combustíveis são investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e não consolidados nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme Pronunciamento Técnico CPC19 (R2) – Negócios em conjunto / IFRS11 – *Joint arrangements*. No entanto, a administração da Companhia analisa as informações por segmento de 100% dos resultados desses segmentos. Apresentamos a reconciliação destes segmentos à informação financeira da Companhia na coluna "desconsolidação controladas em conjunto".

A seguir estão apresentadas as informações do resultado e dos ativos por segmento, que foram mensuradas de acordo com as mesmas práticas contábeis utilizadas na preparação das informações consolidadas:

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	01/01/2015 a 31/12/2015								
	Raízen Energia	Raízen Combustíveis	COMGÁS	Radar	Lubrificantes	Outros negócios	Desconsolidação controladas em conjunto	Eliminações entre segmentos	Consolidado
Resultado do exercício:									
Receita operacional líquida	11.080.850	61.412.966	6.597.016	102.715	1.751.730	440	(72.493.816)	-	8.451.901
Mercado interno	4.438.149	61.412.966	6.597.016	102.715	1.385.190	440	(65.851.115)	-	8.085.361
Mercado externo	6.642.701	-	-	-	366.540	-	(6.642.701)	-	366.540
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(8.904.463)	(58.196.255)	(4.580.203)	(17.982)	(1.322.328)	(2.808)	67.100.718	-	(5.923.321)
Lucro bruto	2.176.387	3.216.711	2.016.813	84.733	429.402	(2.368)	(5.393.098)	-	2.528.580
Despesas de vendas	(616.915)	(1.188.549)	(627.520)	-	(291.648)	-	1.805.464	-	(919.168)
Despesas gerais e administrativas	(518.848)	(394.570)	(332.763)	(27.972)	(77.666)	(154.675)	913.418	-	(593.076)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(19.147)	294.784	(7.900)	48.744	2.195	197.719	(275.637)	-	240.758
Resultado Financeiro	(624.695)	(124.598)	(181.889)	10.496	(109.860)	(846.900)	749.293	-	(1.128.153)
Despesas financeiras	(919.994)	(170.560)	(409.768)	(1.365)	(120.325)	(874.739)	1.090.554	18.333	(1.387.864)
Receitas financeiras	650.446	173.477	247.047	11.861	4.870	178.255	(823.923)	(18.333)	423.700
Variação cambial	(1.031.777)	(415.983)	126.282	-	(10.213)	(739.233)	1.447.760	-	(623.164)
Derivativos	676.630	288.468	(145.450)	-	15.808	588.817	(965.098)	-	459.175
Resultado de equivalência patrimonial em associadas	(42.967)	8.893	-	-	(11.596)	379.504	34.074	(371.093)	(3.185)
Resultado de equivalência patrimonial de controladas em conjunto	-	-	-	-	-	775.565	-	-	775.565
Imposto de renda e contribuição social	(42.510)	(536.540)	(248.354)	(15.134)	12.693	317.739	579.050	-	66.942
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	311.305	1.276.131	618.387	100.867	(46.480)	666.584	(1.587.436)	(371.093)	968.263
Lucro (prejuízo) atribuído aos:									
Acionistas controladores	311.305	1.237.984	618.387	100.867	(46.480)	666.584	(1.549.289)	(672.772)	666.584
Acionistas não controladores	-	38.147	-	-	-	-	(38.147)	301.679	301.679
	311.305	1.276.131	618.387	100.867	(46.480)	666.584	(1.587.436)	(371.093)	968.263
Outras informações selecionadas:									
Depreciação e amortização	2.057.365	579.603	481.287	712	75.077	4.677	(2.636.968)	-	561.753
EBITDA	3.035.875	2.516.872	1.529.917	106.217	125.764	1.200.422	(5.552.747)	(371.093)	2.591.227
Adições ao imobilizado e intangível (caixa)	1.776.372	797.299	521.215	1.926	43.464	42.062	(1.973.671)	-	608.667
Reconciliação EBITDA:									
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	311.305	1.276.131	618.387	100.867	(46.480)	666.584	(1.587.436)	(371.093)	968.263
Impostos de renda e contribuição social	42.510	536.540	248.354	15.134	(12.693)	(317.739)	(579.050)	-	(66.944)
Resultado financeiro	624.695	124.598	181.889	(10.496)	109.860	846.900	(749.293)	-	1.128.153
Depreciação e amortização	2.057.365	579.603	481.287	712	75.077	4.677	(2.636.968)	-	561.753
EBITDA	3.035.875	2.516.872	1.529.917	106.217	125.764	1.200.422	(5.552.747)	(371.093)	2.591.225

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	01/01/2014 a 31/12/2014									
	Raízen Energia	Raízen Combustíveis	COMGÁS	Radar	Lubrificantes	Outros negócios	Desconsolidação controladas em conjunto	Eliminações entre segmentos	Consolidado	Operações Descontinuadas
Resultado do exercício:										
Receita operacional líquida	9.263.930	55.733.927	6.387.103	157.562	1.602.198	-	(64.997.857)	-	8.146.863	659.715
Mercado interno	4.064.437	55.733.927	6.387.103	157.562	1.306.218	-	(59.798.364)	-	7.850.883	553.735
Mercado externo	5.199.493	-	-	-	295.980	-	(5.199.493)	-	295.980	105.980
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(7.735.421)	(52.934.222)	(4.494.909)	(60.644)	(1.247.806)	-	60.669.643	-	(5.803.359)	(432.765)
Lucro bruto	1.528.509	2.799.705	1.892.194	96.918	354.392	-	(4.328.214)	-	2.343.504	226.950
Despesas de vendas	(578.989)	(1.150.516)	(636.316)	-	(245.227)	-	1.729.505	-	(881.543)	-
Despesas gerais e administrativas	(498.756)	(387.259)	(308.413)	(36.525)	(70.684)	(145.840)	886.015	-	(561.462)	(63.632)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	58.609	338.143	(19.494)	131.593	1.032	(123.626)	(396.752)	-	(10.495)	(464)
Resultado Financeiro	(418.317)	(125.210)	(193.026)	6.269	21.555	(780.687)	543.527	-	(945.889)	(23.110)
Despesas financeiras	(588.307)	(142.839)	(300.573)	(1.104)	22.831	(707.718)	731.146	12.711	(973.853)	(52.284)
Receitas financeiras	385.895	104.218	106.554	7.428	1.639	81.280	(490.113)	(12.711)	184.190	28.602
Variação cambial	(357.928)	(71.825)	(139.931)	(55)	(1.183)	(177.815)	429.753	-	(318.984)	572
Derivativos	142.023	(14.764)	140.924	-	(1.732)	23.566	(127.259)	-	162.758	-
Resultado de equivalência patrimonial em associadas	(38.310)	14.902	-	-	(7.341)	429.506	23.408	(418.625)	3.540	-
Resultado de equivalência patrimonial de controladas em conjunto	-	-	-	-	-	588.428	-	-	588.428	-
Imposto de renda e contribuição social	103.810	(410.560)	(203.810)	(17.629)	(18.850)	254.803	306.750	-	14.514	(47.048)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	156.556	1.079.205	531.135	180.626	34.877	222.584	(1.235.761)	(418.625)	550.597	92.695
Lucro (prejuízo) atribuído aos:										
Acionistas controladores	156.556	1.112.863	531.135	180.626	34.877	222.584	(1.269.419)	(741.110)	228.112	63.911
Acionistas não controladores	-	(33.658)	-	-	-	-	33.658	322.485	322.485	28.784
	156.556	1.079.205	531.135	180.626	34.877	222.584	(1.235.761)	(418.625)	550.597	92.695
Outras informações selecionadas:										
Depreciação e amortização	1.966.866	538.222	506.697	970	71.268	2.923	(2.505.088)	-	581.858	70.378
EBITDA	2.437.929	2.153.197	1.434.668	192.956	103.441	751.390	(4.591.126)	(418.625)	2.063.830	233.231
Adições ao imobilizado e intangível (caixa)	2.490.176	794.556	661.311	1.146	52.178	75.194	(3.284.732)	-	789.830	183.280
Reconciliação EBITDA:										
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	156.556	1.079.205	531.135	180.626	34.878	222.583	(1.235.761)	(418.625)	550.597	92.695
Impostos de renda e contribuição social	(103.810)	410.560	203.810	17.629	18.850	(254.803)	(306.750)	-	(14.514)	47.048
Resultado financeiro	418.317	125.210	193.026	(6.269)	(21.555)	780.687	(543.527)	-	945.889	23.110
Depreciação e amortização	1.966.866	538.222	506.697	970	71.268	2.923	(2.505.088)	-	581.858	70.378
EBITDA	2.437.929	2.153.197	1.434.668	192.956	103.441	751.390	(4.591.126)	(418.625)	2.063.830	233.231

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	31/12/2015								
Itens do balanço patrimonial:	Raízen Energia	Raízen Combustíveis	COMGÁS	Radar	Lubrificantes	Outros negócios	Desconsolidaçã o controladas em conjunto	Eliminações entre segmentos	Consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	2.995.495	885.880	1.967.643	1.016	96.907	1.063.964	(3.881.375)	-	3.129.530
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	241.430	-	-	-	-	241.430
Contas a receber de clientes	719.092	1.773.771	519.086	25.557	214.820	247	(2.492.863)	-	759.710
Instrumentos financeiros derivativos - ativo	1.465.816	255.665	665.032	-	12.363	1.615.464	(1.721.481)	-	2.292.859
Estoques	2.371.987	1.287.946	134.347	-	293.916	2.854	(3.659.933)	-	431.117
Outros ativos circulantes	1.579.568	1.029.510	132.959	120.615	51.926	209.527	(2.609.078)	(11.525)	503.503
Outros ativos não circulantes	3.425.968	1.206.721	300.138	13.004	(130.256)	1.937.112	(4.632.689)	(9.716)	2.110.283
Investimentos em associadas	225.670	248.456	-	-	8.453	5.660.434	(474.126)	(5.528.751)	140.136
Investimentos em controladas em conjunto	-	-	-	-	-	8.329.518	-	-	8.329.518
Ativos Biológicos	2.131.378	-	-	-	-	-	(2.131.378)	-	-
Propriedades para investimentos	-	-	-	2.595.035	-	-	-	-	2.595.035
Imobilizado	9.574.647	2.409.555	-	2.029	243.080	156.691	(11.984.202)	-	401.800
Intangíveis	3.261.623	4.414.352	8.620.436	1.669	818.362	6.802	(7.675.975)	-	9.447.269
Empréstimos e financiamentos	(11.549.211)	(3.226.849)	(3.823.066)	-	(512.759)	(5.419.878)	14.776.060	-	(9.755.703)
Instrumentos financeiros derivativos - passivo	(676.321)	(67.902)	-	-	(291)	(740.427)	744.223	-	(740.718)
Fornecedores	(1.126.540)	(937.177)	(1.302.397)	(2.511)	(235.663)	(4.251)	2.063.717	-	(1.544.822)
Ordenados e salários a pagar	(315.704)	(83.214)	(65.522)	(5.684)	(15.061)	(20.141)	398.918	-	(106.408)
Outras contas a pagar circulantes	(920.298)	(968.904)	(103.334)	(35.465)	(135.946)	(209.512)	1.889.202	21.242	(463.014)
Outras contas a pagar não circulantes	(1.364.086)	(3.129.160)	(1.180.987)	(104.403)	(209.244)	(3.742.216)	4.493.246	-	(5.236.849)
Ativo total (líquido de passivos) alocado por segmento	11.799.084	5.098.650	5.864.335	2.852.292	500.607	8.846.188	(16.897.734)	(5.528.750)	12.534.676
Ativo total	27.751.244	13.511.856	12.339.641	3.000.355	1.609.571	18.982.613	(41.263.100)	(5.549.992)	30.382.190
Patrimônio líquido atribuível aos:									
Acionistas controladores	11.800.047	4.926.655	5.864.335	2.852.292	500.607	8.846.188	(16.726.702)	(9.217.238)	8.846.198
Acionistas não controladores	(963)	171.995	-	-	-	-	(171.032)	3.688.488	3.688.488
Total do patrimônio líquido	11.799.084	5.098.650	5.864.335	2.852.292	500.607	8.846.188	(16.897.734)	(5.528.750)	12.534.676

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	31/12/2014								
Itens do balanço patrimonial:	Raízen Energia	Raízen Combustíveis	COMGÁS	Radar	Lubrificantes	Outros negócios	Desconsolidaçã o controladas em conjunto	Eliminações entre segmentos	Consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	2.643.950	173.470	973.708	6.011	39.810	520.663	(2.817.420)	-	1.540.192
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	149.735	-	-	-	-	149.735
Contas a receber de clientes	726.872	1.869.966	605.483	22.214	194.486	241	(2.596.838)	-	822.424
Instrumentos financeiros derivativos - ativo	542.102	28.378	335.058	-	(721)	546.028	(570.480)	-	880.365
Estoques	2.315.907	1.128.771	125.406	-	222.486	11	(3.444.678)	-	347.903
Outros ativos circulantes	2.121.549	288.506	137.360	31.052	26.416	342.987	(2.410.055)	(19.750)	518.065
Outros ativos não circulantes	1.864.795	2.278.913	256.077	15.538	(184.670)	1.809.980	(4.143.708)	(6.610)	1.890.315
Investimentos em associadas	209.205	256.729	-	-	16.032	5.783.699	(465.934)	(5.669.053)	130.678
Investimentos em controladas em conjunto	-	-	-	-	-	8.404.502	-	-	8.404.502
Ativos Biológicos	1.828.304	-	-	-	-	-	(1.828.304)	-	-
Propriedades para investimentos	-	-	-	2.641.978	-	-	-	-	2.641.978
Imobilizado	9.848.969	2.464.316	-	11.288	221.466	118.681	(12.313.285)	-	351.435
Intangíveis	3.288.709	4.267.514	8.595.251	173	824.277	6.419	(7.556.223)	-	9.426.120
Empréstimos e financiamentos	(10.377.585)	(1.557.782)	(3.133.347)	-	(261.166)	(4.003.089)	11.935.367	-	(7.397.602)
Instrumentos financeiros derivativos - passivo	(359.408)	(188.556)	(4.960)	-	-	(328.474)	547.964	-	(333.434)
Fornecedores	(652.626)	(577.143)	(848.770)	(790)	(118.784)	(2.826)	1.229.769	-	(971.170)
Ordenados e salários a pagar	(252.219)	(66.799)	(58.955)	(5.336)	(15.437)	(21.387)	319.018	-	(101.115)
Outras contas a pagar circulantes	(760.201)	(1.849.234)	(118.021)	(20.783)	(100.853)	(389.492)	2.609.435	26.361	(602.788)
Outras contas a pagar não circulantes	(2.566.561)	(1.921.270)	(992.028)	(93.552)	(193.082)	(3.969.668)	4.487.831	-	(5.248.330)
Ativo total (líquido de passivos) alocado por segmento	10.421.762	6.595.779	5.872.262	2.757.528	670.260	8.818.275	(17.017.541)	(5.669.052)	12.449.273
Ativo total	25.390.362	12.756.563	11.028.343	2.877.989	1.359.582	17.533.211	(38.146.925)	(5.695.413)	27.103.712
Patrimônio líquido atribuível aos:									
Acionistas controladores	10.421.762	6.453.922	5.872.262	2.757.528	670.260	8.818.275	(16.875.684)	(9.300.049)	8.818.276
Acionistas não controladores	-	141.857	-	-	-	-	(141.857)	3.630.997	3.630.997
Total do patrimônio líquido	10.421.762	6.595.779	5.872.262	2.757.528	670.260	8.818.275	(17.017.541)	(5.669.052)	12.449.273

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Receita líquida de vendas, por segmento:

	31/12/2015	31/12/2014
Raízen Energia		
Açúcar	4.671.006	4.059.580
Etanol	5.557.298	4.376.826
Cogeração	554.876	618.583
Outros	297.670	208.941
	11.080.850	9.263.930
Raízen Combustíveis		
Combustível	61.412.966	55.733.927
	61.412.966	55.733.927
COMGÁS		
Industrial	4.206.947	4.122.077
Residencial	677.692	632.997
Termogeração	511.942	407.736
Cogeração	271.641	246.841
Automotivo	197.260	199.820
Comercial	286.491	255.051
Receita de construção	408.086	481.314
Outros	36.957	41.267
	6.597.016	6.387.103
Radar		
Venda de propriedades	20.187	85.308
Arrendamento de terras	69.162	60.944
Outros	13.366	11.310
	102.715	157.562
Lubrificantes		
Produto acabado	1.514.005	1.325.472
Óleo básico	222.009	225.701
Outros	15.716	51.025
	1.751.730	1.602.198
Outros negócios	440	-
Desconsolidação de controladas em conjunto	(72.493.816)	(64.997.857)
Total	8.451.901	8.146.863

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Principais clientes

COMGÁS

Em 2015, as vendas neste segmento são pulverizadas não havendo clientes ou grupos econômicos específicos que representem 10% ou mais das vendas desse segmento no período.

Radar

Em 2015, 20% das receitas desse segmento foram para o cliente Raízen Energia (15% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014).

Lubrificantes

As vendas neste segmento são pulverizadas não havendo clientes ou grupos econômicos específicos que representem 10% ou mais das vendas desse segmento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Bancos conta movimento	3	265	164.091	121.342
Aplicações financeiras	731.046	375.739	2.965.439	1.418.850
	731.049	376.004	3.129.530	1.540.192

As aplicações financeiras estão conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Aplicações em fundos exclusivos				
Operações compromissadas	97.485	311.315	1.248.983	360.237
Certificado de depósitos bancários - CDB	567.078	64.424	765.900	74.547
Letra financeira	65.552	-	198.747	-
	730.115	375.739	2.213.630	434.784
Aplicações em bancos				
Operações compromissadas	-	-	407.710	717.472
Certificado de depósitos bancários - CDB	-	-	343.083	222.570
Outras aplicações financeiras	931	-	1.016	44.024
	931	-	751.809	984.066
	731.046	375.739	2.965.439	1.418.850

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

7 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Mercado interno	829.912	862.221
Mercado externo	16.112	20.615
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(46.717)	(26.113)
	799.307	856.723
Circulante	759.710	822.424
Não circulante	39.597	34.299

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes são como segue:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
A vencer	736.819	775.933
Vencidas		
Até 30 dias	45.365	70.682
De 31 a 60 dias	7.004	4.308
De 61 a 90 dias	3.025	2.166
Mais de 90 dias	53.811	29.747
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(46.717)	(26.113)
	799.307	856.723

A movimentação da provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2014	(28.628)
Adições	(22.398)
Reversões	1.370
Desconsolidação de operação descontinuada	23.543
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(26.113)
Adições	(21.055)
Reversões	451
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(46.717)

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

8 Estoques

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Produtos acabados	289.708	223.706
Produto em processo	86.981	86.895
Almoxarifado e outros	54.428	37.302
	431.117	347.903

A movimentação da provisão para não realização e obsolescência é assim demonstrada:

Saldo em 1º de janeiro de 2014	(332)
Adições	(3.633)
Desconsolidação de operação descontinuada	(6.236)
Reversões	5.666
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(4.535)
Adições	(6.758)
Reversões	8.158
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(3.135)

9 Outros tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
ICMS	-	-	121.754	91.120
Crédito parcelamento especial - PAES	33.245	-	33.245	-
COFINS	11.301	9.489	17.860	12.604
PIS	4	7.710	1.428	8.387
Provisão para não realização de impostos	(7.587)	(17.147)	(7.587)	(17.147)
Outros	78	39	11.825	851
	37.041	91	178.525	95.815
Circulante	37.041	91	135.947	78.516
Não circulante	-	-	42.578	17.299

10 Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativo financeiro Exxon Mobil ⁽ⁱ⁾	-	-	-	332.405
Recebível pela venda de operações descontinuadas ⁽ⁱⁱ⁾	-	107.775	-	107.775
	-	107.775	-	440.180
Circulante	-	69.683	-	69.683
Não circulante	-	38.092	-	370.497

i) A subsidiária Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A (“CLE”) possuía um saldo a receber

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

referente à recobrança de débitos tributários incluídos no programa especial de parcelamento de débitos federais (“Refis IV”) de responsabilidade da ExxonMobil Brasil Holdings BV (“ExxonMobil”).

Em 1º de setembro de 2015, a CLE foi comunicada pela Receita Federal Brasileira sobre a exclusão dos parcelamentos tributários em decorrência dos depósitos efetuados anteriormente. Desta forma, o contas a receber foi compensado com o seu saldo no mesmo valor de tributos a pagar, referente à recobrança de débitos tributários incluídos no programa especial de parcelamento de débitos federais

- ii) Saldo a receber remanescente da alienação da Cosan Alimentos. O valor foi recebido em novembro de 2015.

11 Partes Relacionadas

a) Resumo dos saldos do balanço com partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativo circulante				
Operações societárias / contratuais				
Raízen Energia S.A. ⁽ⁱ⁾	17.101	13.226	21.313	16.669
Rumo	8.794	3.342	9.181	3.705
Cosan Lubrificantes e Especialidades	8.436	3.146	-	-
Aguassanta Participações S.A.	6.371	6.340	6.371	6.340
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	1.035	835	-	-
Cosan Limited	982	668	982	668
Raízen Combustíveis S.A. ⁽ⁱ⁾	269	153	709	2.433
Cosan Logística	18	-	3.534	-
Outros	1.080	930	4.251	500
	44.086	28.640	46.341	30.315
Operações financeiras				
Raízen Energia S.A. ⁽ⁱ⁾	9.672	-	9.672	-
Cosan Lubrificantes e Especialidades	-	773	-	-
Raízen Combustíveis S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-	1.102	1.319
Cosan Limited ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	-	29.485	19.753
	9.672	773	40.259	21.072
	53.758	29.413	86.600	51.387
Ativo não circulante				
Ações preferenciais / AFAC				
Janus Brasil Participações S.A	20.875	-	20.875	-
Raízen Energia S.A. ⁽ⁱ⁾	89.763	104.984	89.763	104.984
Raízen Combustíveis S.A. ⁽ⁱ⁾	-	15.126	-	15.126
	110.638	120.110	110.638	120.110
Operações financeiras				
Rezende Barbosa ⁽ⁱⁱ⁾	70.365	84.996	70.365	84.999
Raízen Energia S.A. ⁽ⁱ⁾	23.029	-	23.029	-
	93.394	84.996	93.394	84.999
Reestruturação societária				
	5.706	5.115	17.312	7.418
	209.738	210.221	221.344	212.527

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Passivo circulante				
Operações societárias / contratuais				
Cosan Biomassa S.A.	217.376	142.786	-	-
Raízen Energia S.A. ⁽ⁱ⁾	97.253	96.258	100.505	104.276
Raízen Combustíveis S.A. ⁽ⁱ⁾	8.927	11.932	9.447	12.640
Rumo	1.480	1.486	1.512	1.572
Radar	-	2.245	-	-
Outros	618	773	-	119
	325.654	255.480	111.464	118.607
Operações financeiras				
Cosan Luxembourg S.A.	76.416	61.812	-	-
Cosan Overseas Limited	25.682	1.351.838	-	-
Raízen Energia S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-	3.095	-
Shell Brazil Holding B.V.	-	-	-	3.820
Outros	-	22	-	22
	102.098	1.413.672	3.095	3.842
	427.752	1.669.152	114.559	122.449
Passivo não circulante				
Operações financeiras				
Cosan Overseas Limited	1.966.067	-	-	-
Cosan Luxembourg S.A.	2.744.584	1.888.535	-	-
	4.710.651	1.888.535	-	-

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Resumo das transações com partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receita operacional				
Cosan Logística S.A.	-	-	31.096	-
Raízen Combustíveis S.A.	-	-	14.666	-
Raízen Energia S.A.	-	-	19.099	18.193
	-	-	64.861	18.193
Compra de produtos / insumos				
Raízen Energia S.A.	-	-	(2.266)	(109)
Raízen Combustíveis S.A.	-	-	(119)	-
	-	-	(2.385)	(109)
Arrendamento de terras				
Raízen Energia S.A.	-	-	58.508	54.045
	-	-	58.508	54.045
Receita (despesa) compartilhada				
Aguassanta Participações S.A.	431	440	431	440
Cosan Biomassa S.A.	739	1.634	-	-
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	3.800	2.753	-	-
Grupo Rumo	10.221	9.454	10.221	-
Cosan Lubrificantes e Especialidades	9.614	12.383	-	-
Raízen Energia S.A.	(3.921)	(4.897)	(32.864)	(28.102)
	20.884	21.767	(22.212)	(27.662)
Resultado financeiro				
Usina Santa Luiza	-	(152)	-	(152)
Cosan Lubrificantes e Especialidades	28	773	-	-
Cosan Limited	314	79	444	79
Cosan Logística S.A.	-	-	512	-
Cosan Luxembourg S.A.	(948.648)	(291.290)	-	-
Pasadena Empreend. Partic. S.A.	590	437	-	-
Cosan Overseas Limited	(735.466)	(274.188)	-	-
Raízen Energia S.A.	2.440	2.613	2.440	2.613
Outros	(188)	(32)	(198)	406
	(1.680.930)	(561.760)	3.198	2.946

As operações comerciais da Cosan com suas subsidiárias, controladas e controladas em conjunto são efetuadas a preços e condições normais de mercado. No decorrer dos exercícios apresentados, não foram registradas quaisquer perdas para crédito de liquidação duvidosa.

A Companhia possui contratos de arrendamento de terras para plantação de cana-de-açúcar, seguindo como premissa atualização, por meio do ATR divulgado pela CONSECANA.

A Companhia utiliza a métrica de rateio de custo para as despesas e receitas compartilhadas.

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

(i) Raízen Energia e Raízen Combustíveis

Os saldos a receber da Raízen Energia e da Raízen Combustíveis registrados como ativo circulante e não circulante representam, basicamente, créditos fiscais que serão devolvidos por essas entidades à Companhia quando efetivamente utilizados. Os saldos registrados como passivo circulante representam recobranças referente a despesas pagas pela Raízen de responsabilidade da Companhia.

(ii) Grupo Rezende Barbosa

A Companhia possui recebíveis junto ao Grupo Rezende Barbosa com natureza de créditos concedidos antes da aquisição de negócios. Estes recebíveis são garantidos por ações de emissão da Companhia.

(iii) Cosan Limited

Os saldos registrados como ativos não circulante referem-se a empréstimo junto à empresa *Aldwich Temple Venture Capital*, aos quais incidem juros de 1,86% ao ano, contados a partir da data de contratação, amortizados mensalmente até 30 de novembro de 2017.

c) Remuneração da administração

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave, incluindo diretores e membros do conselho, estão registradas no resultado do exercício do consolidado, como segue:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Remuneração regular	20.134	30.566
Reconhecimento de opções de ações (Nota 32)	11.279	12.753
Bônus e outras remunerações variáveis	23.975	18.053
	<u>55.388</u>	<u>61.372</u>

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

12 Investimentos em associadas

a) Informações sobre associadas e controladas

	Companhia de Gás de São Paulo – “COMGÁS”	Cosan Biomassa	Cosan Global	Cosan Investimentos e Participações S.A.	Cosan Logística S.A.	Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	Cosan Luxembourg S.A.	Novo Rumo Logística S.A.	Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	Radar Propriedades Agrícolas S.A.	Outros	Tellus Brasil Participações S.A (a)	Janus Brasil Participações S.A.	Total
Número de ações da investida	124.009.308	149.289.282	1	3.778.868.643	278.336.920	290.441	500.000	278.336.920	830.690.258	21.148.989	-	65.957.282	16.166.627	
Ações da investidora	73.961.667	149.289.282	1	3.778.868.643	278.336.917	290.437	500.000	278.336.917	539.979.397	4.001.167	-	33.638.214	31.699.465	
Participação societária	61,33%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	65%	19%	-	51%	51%	
31 de dezembro 2013	3.538.971	-	11.208	2.172.458	-	252.814	46.222	1.029.042	609.503	587.977	28.293	78.821	-	8.355.309
Resultado de equivalência	321.647	(5.438)	34.786	292.808	-	(39.871)	(33.680)	-	32.628	29.468	(11.621)	9.743	-	630.470
Resultado de equivalência de operação descontinuada	-	-	-	-	28.946	-	-	40.496	-	-	-	-	-	69.442
Ajuste de avaliação patrimonial	2.702	-	-	(20.961)	-	30.645	-	-	649	1.162	(10.312)	205	-	4.090
Dividendos declarados	(97.912)	-	-	(295.631)	(93.750)	-	-	(29.320)	(15.535)	(7.568)	-	(1.356)	-	(541.072)
Aumento / redução de capital	-	142.569	14.881	3.415.746	64.804	-	-	(1.040.218)	-	-	1.606	6.115	13.063	2.618.566
Outros	(4.900)	(5.488)	-	(35.814)	-	(48.700)	-	-	-	-	(2.698)	978	-	(96.622)
31 de dezembro 2014	3.760.508	131.643	60.875	5.528.606	-	194.888	12.542	-	627.245	611.039	5.268	94.506	13.063	11.040.183
Resultado de equivalência	378.653	(12.363)	128.759	811.428	-	(239.358)	94.965	-	24.734	14.181	(22.927)	7.822	2.836	1.188.730
Ajuste de avaliação patrimonial	685	-	-	(225.207)	-	(19.548)	-	-	920	1.646	(57.425)	(429)	-	(299.358)
Dividendos declarados	(379.819)	-	-	(161.220)	-	-	-	-	(4.569)	(1.758)	-	(2.261)	-	(549.627)
Aumento / redução de capital	-	89.569	11.029	-	-	-	-	-	-	-	105	-	7.814	108.517
Outros	(5.438)	-	-	(128.976)	-	-	-	-	-	-	1.111	-	-	(133.303)
31 de dezembro 2015	3.754.589	208.849	200.663	5.824.631	-	(64.018)	107.507	-	648.330	625.108	(73.868)	99.638	23.713	11.355.142

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Informações financeiras das investidas:

	Doze meses findos em 31/12/2015			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	1.875.876	(1.939.894)	64.018	(239.362)
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	2.293.693	(78.667)	(2.215.026)	74.956
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	1.004.544	(7.112)	(997.432)	38.053
Companhia de Gás de São Paulo – “COMGÁS”	8.868.031	(5.686.629)	(3.181.402)	698.852
Cosan Investimentos e Participações S.A.	5.780.389	(6.458)	(5.773.931)	760.419
Cosan Luxembourg S.A.	3.621.407	(3.513.899)	(107.508)	94.965
Cosan Global	200.663	-	(200.663)	128.758
Cosan Biomassa	371.311	(162.463)	(208.848)	(12.265)
Tellus Brasil Participações Ltda	1.966.635	(3.013)	(1.963.622)	144.868
Janus Brasil Participações S.A.	967.850	(135.084)	(832.766)	19.155

	Doze meses findos em 31/12/2014			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	1.907.665	(1.712.681)	(194.984)	(39.873)
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	2.241.206	(100.543)	(2.140.663)	155.760
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	986.466	16.178	(1.002.644)	50.196
Companhia de Gás de São Paulo – “COMGÁS”	11.028.343	(5.156.081)	(5.872.262)	531.135
Cosan Investimentos e Participações S.A.	5.536.443	-	(5.536.443)	(301.691)
Cosan Luxembourg S.A.	2.477.926	(2.465.383)	(12.543)	33.680
Cosan Global	60.875	-	(60.875)	(34.786)
Cosan Biomassa	300.080	(168.437)	(131.643)	5.438
Tellus Brasil Participações Ltda	1.865.488	(18.060)	(1.847.428)	192.553
Janus Brasil Participações S.A.	254.749	(103)	(254.646)	(1.483)

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Consolidado

	Tellus Brasil Participações S.A.	Novvi Limited Liabilitie Company	Janus Brasil Participações S.A.	Outros investimentos	Total
Número de ações da investida	65.957.282	200.002	16.166.927	-	
Ações da investidora	33.638.214	100.001	31.699.465	-	
Participação societária	51,00%	50,00%	51,00%	-	
31 de dezembro 2013	78.821	15.364	-	9.131	103.316
Resultado de equivalência	9.743	(7.501)	-	1.298	3.540
Ajuste de avaliação patrimonial	204	2.019	-	(1.591)	632
Dividendos declarados	(1.556)	-	-	-	(1.556)
Aumento / redução de capital	7.294	4.640	13.063	1.500	26.497
Outros	-	-	-	(1.751)	(1.751)
31 de dezembro 2014	94.506	14.522	13.063	8.587	130.678
Resultado de equivalência	7.822	(11.586)	2.836	(2.259)	(3.187)
Ajuste de avaliação patrimonial	(429)	3.847	-	2.767	6.185
Dividendos declarados	(2.261)	-	-	-	(2.261)
Aumento / redução de capital	-	-	7.814	-	7.814
Outros	-	-	-	907	907
31 de dezembro 2015	99.638	6.783	23.713	10.002	140.136

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Informações das investidas:

	31 de dezembro 2015				
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício	Resultado abrangente total
Tellus Brasil Participações S.A. ⁽¹⁾	1.966.635	(3.013)	(1.963.622)	144.868	(8.813)
Janus Brasil Participações S.A.	967.850	(135.084)	(832.766)	19.155	-
Novvi Limited Liability Company	13.951	(37.670)	23.719	(18.278)	-

	31 de dezembro 2014				
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício	Resultado abrangente total
Tellus Brasil Participações S.A. ⁽¹⁾	1.865.488	(12.421)	(1.853.067)	192.553	4.334
Janus Brasil Participações S.A.	254.749	(103)	(254.646)	(1.483)	-
Novvi Limited Liability Company	21.800	(18.147)	(3.653)	(14.847)	4.038

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

c) Informações dos acionistas não controladores em subsidiárias da Companhia

	Companhia de Gás de São Paulo - "COMGÁS"	Logisport Armazéns Gerais S.A.	Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	Radar Propriedades Agrícolas S.A.	Eliminação participação Radar II na Radar	Rumo Logística Operadora Multimodal S.A.	Total
Número de ações da investida	124.009.308	2.040.816	830.690.258	21.148.989	-	956.917	
Ações da investidora	48.748.059	1.000.000	290.710.861	17.147.822	-	239.229	
Participação societária	38,67%	61,75%	35,00%	81,08%	-	25,00%	
31 de dezembro 2013	1.961.238	37.219	328.192	1.607.793	(505.215)	349.285	3.778.512
Resultado de equivalência	210.196	106	17.567	100.253	-	23.147	351.269
Resultado de equivalência de operação descontinuada	-	(37.325)	-	-	-	(372.432)	(409.757)
Ajuste de avaliação patrimonial	967	-	349	5.006	(234)	-	6.088
Dividendos declarados	(65.715)	-	(8.365)	(32.432)	6.505	-	(100.007)
Outros	4.892	-	-	-	-	-	4.892
31 de dezembro 2014	2.111.578	-	337.743	1.680.620	(498.944)	-	3.630.997
Resultado de equivalência	239.727	-	13.344	48.609	-	-	301.680
Ajuste de avaliação patrimonial	432	-	395	7.053	(1.416)	-	6.464
Dividendos declarados	(244.600)	-	(2.460)	(7.533)	1.510	-	(253.083)
Outros	2.430	-	-	-	-	-	2.430
31 de dezembro 2015	2.109.567	-	349.022	1.728.749	(498.850)	-	3.688.488

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Balanco patrimonial sintético:

	Radar Propriedades Agrícolas S.A.		Radar II Propriedades Agrícolas S.A.		Companhia de Gás de São Paulo - "COMGÁS"	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Circulante						
Ativo	182.118	66.766	7.712	803	2.780.989	1.841.957
Passivo	(26.775)	(16.744)	(7.081)	(202)	(2.047.974)	(1.497.373)
Ativo circulante líquido	155.343	50.022	631	601	733.015	344.584
Não circulante						
Ativo	2.111.574	2.135.540	996.833	964.391	9.558.652	9.186.386
Passivo	(51.852)	(44.899)	(29)	-	(4.427.331)	(3.658.708)
Ativo não circulante líquido	2.059.722	2.090.641	996.804	964.391	5.131.321	5.527.678
Patrimônio líquido	2.215.026	2.140.663	997.432	964.992	5.864.338	5.872.262

Demonstração do resultado e outros resultados abrangentes:

	Radar Propriedades Agrícolas S.A.		Radar II Propriedades Agrícolas S.A.		Companhia de Gás de São Paulo - "COMGÁS"	
	Doze meses findos em	Doze meses findos em	Doze meses findos em	Doze meses findos em	Doze meses findos em	Doze meses findos em
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receitas	46.542	43.883	-	-	6.597.017	6.387.104
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	81.187	164.365	38.083	50.217	866.742	734.945
Imposto de renda e contribuição social	(6.230)	(8.605)	(30)	(21)	(248.354)	(203.810)
Lucro líquido	74.957	155.760	38.053	50.196	618.388	531.135
Outros resultados abrangentes	8.699	6.140	1.415	997	997	6.266
Resultado abrangente total	83.656	161.900	39.468	51.193	619.385	537.401
Resultado abrangente atribuível aos acionistas não controladores	54.226	104.944	13.774	17.918	239.516	211.252
Dividendos pagos	-	25.928	-	8.365	129.253	65.715

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Demonstrações resumidas dos fluxos de caixa sintético ⁽ⁱ⁾

	Controladas			
	Radar Propriedades Agrícolas S.A.		Companhia de Gás de São Paulo - "COMGÁS"	
	Doze meses findos em 31/12/2015	Doze meses findos em 31/12/2014	Doze meses findos em 31/12/2015	Doze meses findos em 31/12/2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Caixa gerado pelas atividades operacionais	30.402	68.173	2.216.242	1.596.064
Imposto de renda pago	(7.549)	(10.219)	(86.693)	(111.970)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	22.853	57.954	2.129.549	1.484.094
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(27.840)	(21.181)	(512.803)	(661.546)
Caixa líquido utilizado das atividades de financiamento	-	(40.000)	(622.810)	(384.798)
Aumento (decréscimo) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(4.987)	(3.227)	993.936	437.750
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.962	9.189	973.709	535.957
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	975	5.962	1.967.645	973.707

(i) Informação requerida para controladas com participação de não controladores relevante.

d) Informações das subsidiárias:

Em 31 de dezembro de 2015, a controlada COMGÁS possui saldo de conta corrente regulatório a receber no valor de R\$ 116.947 (R\$ 242.654 em 31 de dezembro de 2014) referente a diferenças entre o custo real do gás incorrido, pago pela COMGÁS, e o custo de gás incluído na tarifa e cobrado dos clientes conforme estrutura tarifária definida pela ARSESP. Durante o exercício, a movimentação líquida de conta corrente regulatória foi de R\$ (125.707) e a atualização pela taxa Selic foi de R\$ 26.111.

A Companhia aguarda as informações da agência sobre as próximas etapas do processo de revisão tarifária.

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

13 Investimentos em controladas em conjunto

A Companhia possui um contrato de formação de duas *joint ventures*, com participação de 50% sobre os benefícios econômicos das companhias, são elas:

(i) Raízen Combustíveis, que é dono de uma rede de cerca de 5.682 postos de serviço espalhados pelo Brasil, 63 terminais de distribuição e 59 terminais em aeroportos que fornecem combustíveis de aviação;

(ii) Raízen Energia, que atua na produção e comércio de açúcar, etanol e cogeração de energia, principalmente, produzida a partir do bagaço de cana de açúcar. A Raízen Energia é responsável pela produção de mais de 2 bilhões de litros de etanol por ano para atendimento ao mercado interno e externo, 4 milhões de toneladas de açúcar e 940 MW de capacidade instalada de produção de energia elétrica a partir do bagaço da cana. A Raízen Energia cultiva, colhe e processa a cana-de-açúcar - principal matéria-prima utilizada na produção de açúcar e etanol.

A Companhia possui controle em conjunto da Raízen Energia e da Raízen Combustíveis em virtude de sua participação de 50% nas ações de ambas as empresas e a exigência de consentimento unânime por todas as partes sobre as decisões relacionadas com as atividades relevantes do regime. Esses investimentos foram classificados como investimento em controladas em conjunto levando em consideração as disposições do IFRS 11 – Negócios em conjunto e, consequentemente, avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os investimentos nas controladas em conjunto apresentaram as seguintes movimentações no exercício:

	Consolidado		
	Raízen Combustíveis S.A.	Raízen Energia S.A.	Total
Número de ações da investida	3.303.168.484	5.902.595.634	
Quotas da investidora	1.651.584.242	2.951.297.817	
Percentual de participação	50%	50%	
31 de dezembro 2013	3.326.482	5.171.777	8.498.259
Resultado de equivalência	503.176	85.252	588.428
Ajuste de avaliação patrimonial	(210)	(44.322)	(44.532)
Dividendos	(610.982)	(26.912)	(637.894)
Outros efeitos reflexos	-	241	241
31 de dezembro 2014	3.218.466	5.186.036	8.404.502
Resultado de equivalência	618.399	157.167	775.566
Ajuste de avaliação patrimonial	(6.909)	(218.518)	(225.427)
Dividendos	(423.824)	-	(423.824)
Juros sobre capital próprio	(201.299)	-	(201.299)
31 de dezembro 2015	3.204.833	5.124.685	8.329.518

Os balanços patrimoniais e demonstrações dos resultados do exercício das controladas em conjunto estão apresentados na nota explicativa de segmentos (Nota 5).

A Companhia possui certas obrigações com a Raízen por demandas com fato gerador anterior a sua formação, compostas principalmente por demandas judiciais, líquidas de depósitos judiciais com fato gerador até 1º de abril de 2011, assim como pelos parcelamentos de impostos (REFIS), registrado na rubrica “Outros tributos a pagar”, aderidos até 1º de abril de 2011. Adicionalmente, a Companhia é parte em um contrato de linha de crédito (Stand-by Facilities) concedida a Raízen no montante de USD 500.000 mil, sem utilização até o término do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

14 Propriedade para investimento e ativos mantidos para venda

Os saldos dos ativos mantidos para venda e propriedades para investimentos estão demonstrados abaixo:

	Propriedades para investimentos	Ativo disponível para venda	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.281.509	314.104	2.595.613
Ganho na variação do valor justo	112.579	19.118	131.697
Transferências	247.890	(247.890)	-
Baixas	-	(60.243)	(60.243)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	2.641.978	25.089	2.667.067
Ganho na variação do valor justo	53.507	(2.434)	51.073
Transferências ⁽ⁱ⁾	(97.985)	106.964	8.979
Adições	3.535	-	3.535
Baixas	(6.000)	(17.981)	(23.981)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.595.035	111.638	2.706.673

- (i) O montante de R\$ 8.979, refere-se a transferência do imobilizado para propriedade para investimentos.

As propriedades para investimentos e ativos disponíveis para venda incluem propriedades agrícolas localizadas nas regiões Sudeste, Centro-oeste e Nordeste do Brasil, que são arrendadas para terceiros e controladas em conjunto. Os arrendamentos possuem prazo médio de 18 anos para a cultura de cana-de-açúcar e 10 anos para grãos.

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

15 Imobilizado

	Consolidado						Controladora
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas	Obras em andamento	Outros ativos	Total	Total
Valor de custo:							
Em 31 de dezembro 2013	447.240	359.262	436.064	284.262	35.100	1.561.928	32.591
Adições	114	4.888	-	293.376	-	298.378	4.377
Baixas	(11)	(2.077)	-	5	(1.008)	(3.091)	-
Transferências	55.612	115.258	5.380	(294.221)	4.261	(113.710)	(3.590)
Desconsolidação de operação descontinuada	(331.826)	(401.309)	(441.444)	(126.914)	(6.113)	(1.307.606)	-
Em 31 de dezembro 2014	171.129	76.022	-	156.508	32.240	435.899	33.378
Valor de depreciação:							
Em 31 de dezembro 2013	(80.419)	(153.996)	(41.584)	-	(14.019)	(290.018)	(4.468)
Adições	(13.240)	(28.606)	(10.259)	-	(4.593)	(56.698)	(2.246)
Baixas	10	991	-	-	926	1.927	-
Transferências	4	(4)	-	-	-	-	-
Desconsolidação de operação descontinuada	58.236	146.790	51.843	-	3.456	260.325	-
Em 31 de dezembro 2014	(35.409)	(34.825)	-	-	(14.230)	(84.464)	(6.714)
Em 31 de dezembro 2013	366.821	205.266	394.480	284.262	21.081	1.271.910	28.123
Em 31 de dezembro 2014	135.720	41.197	-	156.508	18.010	351.435	26.664

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Consolidado					Controladora
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Obras em andamento	Outros ativos	Total	Total
Valor de custo:						
Em 31 de dezembro 2014	171.129	76.022	156.508	32.240	435.899	33.378
Adições	-	596	78.926	134	79.656	3.955
Adições combinação de negócio	7.298	22.034	3.161	907	33.400	
Baixas	(2.063)	(292)	-	(414)	(2.769)	(8)
Transferências (i)	56.251	64.595	(179.846)	21.312	(37.688)	(1.661)
Em 31 de dezembro 2015	232.615	162.955	58.749	54.179	508.498	35.664
Valor de depreciação:						
Em 31 de dezembro 2014	(35.409)	(34.825)	-	(14.230)	(84.464)	(6.714)
Adições	(5.256)	(8.042)	-	(5.134)	(18.432)	(2.300)
Baixas	1.632	268	-	206	2.106	2
Transferências (i)	7.628	(205)	-	(13.331)	(5.908)	-
Em 31 de dezembro 2015	(31.405)	(42.804)	-	(32.489)	(106.698)	(9.012)
Em 31 de dezembro 2014	135.720	41.197	156.508	18.010	351.435	26.664
Em 31 de dezembro 2015	201.210	120.151	58.749	21.690	401.800	26.652

(i) Referem-se a transferências para o intangível em decorrência da conclusão dos referidos ativos.

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

16 Intangível

	Consolidado							Controladora
	Ágio	Direito de Concessão COMGÁS	Benfeitorias em concessões públicas e licenças de operação	Marcas e Patentes	Relacionamentos com clientes	Outros	Total	Total
Valor de custo:								
Em 31 de dezembro 2013	703.956	8.307.282	751.555	252.474	719.186	200.825	10.935.278	5.923
Adições	-	502.942	-	-	149.236	22.554	674.732	-
Baixas	-	(19.539)	-	-	(6.773)	11	(26.301)	-
Transferências	-	(675)	109.740	-	675	3.970	113.710	3.590
Desconsolidação de operação descontinuada	(100.451)	-	(866.709)	-	-	(4.066)	(971.226)	-
Em 31 de dezembro 2014	603.505	8.790.010	(5.414)	252.474	862.324	223.294	10.726.193	9.513
Valor de amortização:								
Em 31 de dezembro 2013	-	(306.437)	(102.119)	(114.132)	(273.120)	(61.430)	(857.238)	(2.018)
Adições	-	(343.956)	(28.965)	(22.830)	(155.582)	(45.406)	(596.739)	(1.153)
Baixas	-	13.663	-	-	3.420	-	17.083	-
Desconsolidação de operação descontinuada	-	-	136.498	-	-	323	136.821	-
Em 31 de dezembro 2014	-	(636.730)	5.414	(136.962)	(425.282)	(106.513)	(1.300.073)	(3.171)
Em 31 de dezembro 2013	703.956	8.000.845		138.342	446.066	139.395	10.078.040	3.905
Em 31 de dezembro 2014	603.505	8.153.280		115.512	437.042	116.781	9.426.120	6.342

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Consolidado						Controladora
	Ágio	Direito de Concessão COMGAS	Benfeitorias em concessões públicas e licença de operação	Marcas e Patentes	Relacionamentos com clientes	Outros	Total
Valor de custo:							
Em 31 de dezembro 2014	603.505	8.790.010	(5.414)	252.474	862.324	223.294	10.726.193
Adições	-	424.279	-	-	83.178	27.781	535.238
Adições combinação de negócio (ii)	9.335	-	-	-	-	-	9.335
Baixas	-	(52.545)	-	-	(7.728)	-	(60.273)
Transferências (i)	-	(2.632)	5.414	-	2.696	34.540	40.018
Em 31 de dezembro 2015	612.840	9.159.112	-	252.474	940.470	285.615	11.250.511
Valor de amortização:							
Em 31 de dezembro 2014	-	(636.730)	5.414	(136.962)	(425.282)	(106.513)	(1.300.073)
Adições	-	(327.098)	-	(22.827)	(155.346)	(39.810)	(545.081)
Baixas	-	42.095	-	-	5.217	-	47.312
Transferências (i)	-	-	(5.414)	-	-	14	(5.400)
Em 31 de dezembro 2015	-	(921.733)	-	(159.789)	(575.411)	(146.309)	(1.803.242)
Em 31 de dezembro 2014	603.505	8.153.280	-	115.512	437.042	116.781	9.426.120
Em 31 de dezembro 2015	612.840	8.237.379	-	92.685	365.059	139.306	9.447.269

(i) Referem-se a transferências do imobilizado em decorrência da capitalização dos referidos ativos.

(ii) Em 1º. de dezembro de 2015, a Cosan, por meio de sua controlada Cosan Lubrificantes e Especialidades (“CLE”), adquiriu 100% das ações ordinárias da Ilha Terminal pelo montante de R\$ 66.672, gerando uma adição preliminar no “goodwill” do segmento de Lubrificantes de R\$ 9.335. A contraprestação transferida, líquida do caixa recebido, totalizou R\$ 66.659.

Capitalização de custos de empréstimos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia capitalizou o montante de R\$ 20.098 (31 de dezembro de 2014 - R\$ 20.891) referentes a juros incidentes sobre os empréstimos captados para a construção desses ativos. A taxa média ponderada dos encargos financeiros da dívida, utilizada para capitalização de juros sobre o saldo de obras em andamento, foi de 11,47% a.a para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (10,93% a.a para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014).

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Ativo intangível (exceto ágio)	Taxa anual de amortização	31/12/2015	31/12/2014
Concessão ativo intangível - COMGÁS (a)	Durante o prazo de concessão	8.237.379	8.153.280
Marcas e patentes:			
<i>Mobil</i>	10,00%	68.481	91.308
<i>Comma</i>	-	24.204	24.204
		92.685	115.512
Relacionamentos com clientes:			
Comgás	20,00%	313.693	375.118
Lubrificantes	6,00%	51.366	61.924
		365.059	437.042
Outros:			
Licença de software	20,00%	112.570	81.408
Outros		26.736	35.373
		139.306	116.781
Total		8.834.429	8.822.615

- (a) Referente ao ativo intangível de concessão do serviço público de distribuição de gás, que representa o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás e é composto por: (i) os direitos de concessão reconhecidos na combinação de negócios e (ii) os ativos de concessão.

Análise de perda ao valor recuperável para unidades geradores de caixa contendo ágio

A Companhia testa anualmente os valores recuperáveis dos ágios decorrentes de operações de combinações de negócios. Ativos imobilizados e ativos intangíveis de vida definida que estão sujeitos a depreciação e amortização são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, o que não ocorreu para o exercício.

Os valores contábeis combinados de ágio alocados para cada unidade geradora de caixa são como a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Unidade geradora de caixa Lubrificantes	612.797	603.462
Unidade geradora de caixa Cosan outros negócios	43	43
Total do ágio	612.840	603.505

O valor recuperável é determinado com base em cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base nos orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas a cada negócio, utilizando de informações disponíveis no mercado e desempenhos anteriores. Os fluxos de caixa descontados foram elaborados por um período de 10 anos e levados a perpetuidade sem considerar taxa de crescimento real. A administração entende adequada a utilização de períodos superiores a 5 anos na elaboração dos fluxos de caixa descontados, pois reflete o tempo estimado de utilização dos grupos de ativos e negócios.

As principais premissas utilizadas consideram principalmente a expectativa de crescimento das operações baseadas no Produto Interno Bruto segmentado e demais aspectos macroeconômicos, assim como expectativa de preço de vendas das *commodities*, utilizando taxas de descontos que refletem riscos específicos relacionados aos negócios.

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Todos esses fluxos de caixa futuros foram descontados pela taxa de 12,9 % (custo médio ponderado de capital) que refletem riscos específicos relacionados aos ativos relevantes em sua unidade geradora de caixa.

Uma variação de 0,5% na taxa de desconto utilizada gera um impacto de aproximadamente 10% no valor recuperável dos segmentos. O dólar não tem impacto significativo nas projeções e portanto a flutuação do câmbio não teria efeitos significativos no valor recuperável dos segmentos.

Em 31 de dezembro de 2015 nenhuma despesa por perda de valor recuperável de ativos e ágio foi reconhecida. A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas-chaves conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercados, tecnológicas, econômicas vigentes no momento em que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas por redução da recuperação ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

17 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Encargos financeiros		Controladora		Consolidado		
Descrição	Indexador ⁽ⁱ⁾	Taxa anual de juros ⁽ⁱⁱ⁾	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	Vencimento
Empréstimos e financiamentos							
BNDES	TJ462	9,89%	-	-	809.660	834.565	out/2020
	Selic	16,20%	-	-	298.258	274.000	out/2020
	TJLP	9,82%	-	-	176.900	288.209	out/2018
EIB	US\$ + Libor	2,16%	-	-	869.014	691.463	set/2021
FINAME	Pré-fixado	5,50%	-	-	164	224	fev/2025
FINEP	Pré-fixado	5,00%	-	-	137.133	165.032	nov/2020
Empréstimos no exterior	GBP + Libor	3,95%	-	-	312.940	224.047	dez/2019
Bônus perpétuos	US\$	8,25%	-	-	1.976.673	1.344.760	-
Resolução 4131	US\$	3,11%	-	-	161.796	29.338	out/2020
	US\$ + Libor	2,40%	-	-	471.045	466.494	mar/2018
	US\$ + Libor	1,76%	406.348	266.006	406.348	266.006	nov/2016
Senior Notes Due 2018	Pré-fixado	9,50%	-	-	875.376	874.494	mar/2018
Senior Notes Due 2023	US\$	5,00%	-	-	2.009.296	1.352.796	mar/2023
	CDI + 0,28%						
Capital de giro	a.m.	18,03%	-	-	25.004	-	dez/2016
	121,10% do CDI	17,37%	-	-	10.143	-	nov/2016
Conta garantida	118% do CDI	16,89%	-	-	17.763	-	abr/2016
Outros	-	-	-	-	-	7.559	-
			406.348	266.006	8.557.513	6.818.987	
Debêntures não conversíveis							
			-	-	1.198.190	578.615	
Total			406.348	266.006	9.755.703	7.397.602	
Circulante			406.348	266.006	1.230.518	856.334	
Não circulante			-	-	8.525.185	6.541.268	

(i) TJLP e URTJLP são as taxas de juros de longo prazo estabelecidos aos empréstimos concedidos pelo BNDES, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Selic é a taxa básica de juros definida pelo Banco Central do Brasil. CDI é uma taxa de empréstimos interbancários de referência no Brasil. IPCA é o índice de preços do consumidor de referência utilizado pelo Banco Central do Brasil para definir a política monetária; e

(ii) Em 31 de dezembro de 2015.

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	31/12/2015	31/12/2014
13 a 24 meses	628.853	463.376
25 a 36 meses	2.181.646	706.300
37 a 48 meses	670.499	1.735.088
49 a 60 meses	727.953	543.686
61 a 72 meses	184.070	371.420
73 a 84 meses	120.819	41.371
85 a 96 meses	2.010.345	-
A partir de 97 meses	2.001.000	2.680.027
	8.525.185	6.541.268

BNDES

Correspondem a recursos captados pelas suas controladas destinados ao financiamento dos projetos de expansão da rede de distribuição de gás garantidos por fianças bancárias.

Empréstimo EIB

Refere-se a empréstimos em dólar e que possuem remuneração atrelada à variação da taxa LIBOR e taxa fixa, com vencimento até o ano de 2021 e são garantidos por fianças bancárias. Os recursos captados foram utilizados na expansão e suporte da rede distribuição de gás natural. Esses empréstimos estão protegidos quanto a variação cambial e juros por meio de instrumentos financeiros derivativos que trocam os juros originais por 89% do CDI.

FINEP

Em novembro de 2012, foi captada uma dívida bancária no valor de R\$ 89.694, com vencimento até janeiro de 2021. Estes empréstimos são garantidos por fianças bancárias. Os recursos serão utilizados no plano de desenvolvimento, produção e comercialização de novas tecnologias industriais destinadas ao processamento da biomassa oriunda da cana-de-açúcar ou outras fontes.

Empréstimos no Exterior

Em 22 de dezembro de 2014, foi renegociada a dívida da Cosan Lubes Investments Limited, acrescentando um período de carência do principal de dois anos e meio, vencendo em dezembro de 2019. O empréstimo original foi captado em 29 de junho de 2012, no montante de £ 54.000 mil para aquisição do controle da Comma Oil and Chemicals Limited em julho de 2012.

Bônus Perpétuos

Em 5 de novembro de 2010 e 13 de julho de 2011, foi emitido o montante total de US\$ 500.000 mil de Bônus perpétuos no mercado exterior, em acordo com o “Regulation S”, com juros a uma taxa de 8,25% a.a., pagáveis trimestralmente. O risco cambial da dívida é mitigado através de NDFs.

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Resolução n° 4.131

Refere-se a recursos captados no exterior com diversas instituições financeiras, com vencimentos até 2020, tendo como objetivo financiar o fluxo de caixa da Companhia e controladas. Para mitigar risco de cambio e taxa de juros foram contratados instrumentos derivativos cuja taxa de juros trocada foi para 84,3% do CDI.

Os contratos da Companhia possuem cláusulas restritivas financeiras, sendo montantes de dívida líquida pelo EBTIDA, assim como índice de endividamento de curto prazo pelo endividamento total de 0,55 a 0,60.

Sênior Notes com vencimento em 2018

Em março de 2013, foi emitido Sênior Notes no mercado internacional, de acordo com o “Regulation S” e “144A”, no montante de R\$ 850.000, os quais estão sujeitas a juros de 9,5% a.a., pagáveis semestralmente em setembro e março de cada ano.

Sênior Notes com vencimento em 2023

Em 14 de março de 2013, foi emitido Sênior Notes no mercado internacional de acordo com o “Regulation S” e “144A”, no montante de US\$ 500.000 mil, os quais estão sujeitas a juros de 5% a.a., pagáveis semestralmente em março e setembro de cada ano. Durante a vigência desse título, a Companhia deverá manter o índice da dívida líquida dividido pelo EBTIDA.

Debêntures

Descrição	Emissão	Série	Quantidade	Encargos financeiros		31/12/2015	31/12/2014
				Indexador	Taxa anual de juros		
Debêntures não conversíveis							
15/09/2013	3ª	1º	128.197	CDI	0,90%	133.624	132.686
15/09/2013	3ª	2º	269.338	IPCA	5,10%	320.419	295.557
15/09/2013	3ª	3º	142.465	IPCA	5,60%	166.300	156.517
Custo de transação	3ª					(4.750)	(6.145)
15/12/2015	4ª	1º	269.620	IPCA	7,14%	270.642	-
15/12/2015	4ª	2º	242.374	IPCA	7,48%	243.308	-
15/12/2015	4ª	3º	79.900	IPCA	7,36%	80.207	-
Custo de transação	4ª					(11.560)	-
						1.198.190	578.615

3ª emissão

Em 15 de setembro de 2013, a controlada COMGÁS concluiu a captação de 3ª emissão de debêntures não conversíveis, em três séries, indivisíveis com valor nominal total de R\$ 540.000. O vencimento final é de setembro de 2020. Nessa emissão os juros originais foram trocados por 93% do CDI por meio de instrumentos financeiros derivativos.

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

4ª emissão

Em 15 de dezembro de 2015, a COMGÁS concluiu a captação de sua 4ª emissão de debêntures não conversíveis, em três séries, indivisíveis com valor nominal total de R\$ 591.894. O vencimento final é dezembro de 2025.

Condições restritivas:

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem da Companhia a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Os principais índices são os montantes de dívida líquida pelo EBTIDA, assim como índice de endividamento de curto prazo pelo endividamento total de até 0,60.

Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	266.006	7.397.602
Captação	376.880	1.727.308
Pagamento	(382.434)	(2.030.301)
Atualização monetária e cambial	145.896	2.661.094
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>406.348</u>	<u>9.755.703</u>

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são denominados nessas moedas:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Dólar (USD) ⁽ⁱ⁾	5.894.172	4.150.857
Reais (R\$)	3.548.591	3.022.698
Libra Esterlina (GBP)	312.940	224.047
	<u>9.755.703</u>	<u>7.397.602</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2015, todas as dívidas denominadas em dólar possuem proteção de risco cambial por meio de instrumentos financeiros derivativos. Veja detalhes na nota 31.

Cláusulas restritivas (“Covenants”)

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto estavam em conformidade com todas as cláusulas dos contratos.

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

18 Compromissos

(a) Compromissos para aquisição de ativos e metas regulatórias

Face à postergação da conclusão da Revisão Tarifária Quinquenal 2014 em consequência das publicações das Deliberações ARSESP 493 e 494, ambas de 27 de maio de 2014, que dispõem, respectivamente, sobre o “Processo de Revisão Tarifária das concessionárias de distribuição de Gás Canalizado no Estado de São Paulo, definindo cronograma de eventos” e, sobre o “ajuste provisório das margens de comercialização da Companhia de Gás de São Paulo – COMGÁS”, não há compromisso Regulatório definido em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(b) Compra de gás

A controlada COMGÁS tem contratos de compra de *take-or-pay*, com vigência até dezembro de 2019, com os fornecedores de gás que estabelecem compras mínimas diárias de volumes de gás. Esteve a Companhia de consumir um volume de gás abaixo de sua obrigação contratual, a empresa seria obrigada a pagar o déficit entre o consumo e os volumes contratuais mínimos exigidos, no entanto, poderia compensar esse crédito (através do consumo) durante o período remanescente do contrato. Os valores pagos e não consumidos pela COMGÁS foram reconhecidos como "Transporte pago e não utilizado" na demonstração da posição financeira (2015 R\$ 204.725; 2014 R\$ 163.686).

(c) Ativo (passivo) regulatório – informação suplementar

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Custo de gás a recuperar	114.076	243.713
Créditos de tributos a repassar	(3.910)	(1.120)
Ajuste a valor presente sobre tributos	192	61
Outros	6.589	-
	<u>116.947</u>	<u>242.654</u>
Saldo inicial	242.654	347.729
Saldo final	<u>116.947</u>	<u>242.654</u>
Despesa não reconhecida no resultado antes do imposto de renda e contribuição social	<u>(125.707)</u>	<u>(105.075)</u>
Passivo regulatório	(145.545)	(124.495)
Atualização	26.111	26.359
Outros	<u>(6.273)</u>	<u>(6.939)</u>
	<u>(125.707)</u>	<u>(105.075)</u>

As tarifas para o fornecimento de gás para os diferentes segmentos de clientes são autorizadas pelo órgão regulador. De acordo com os termos do Contrato de Concessão, as diferenças entre o componente de custo do gás incluídos nas tarifas cobradas aos clientes e o custo real de gás incorrido, são apurados em uma base mensal e debitado ou creditado numa conta de regulamentação (conta corrente regulatória).

Periodicamente, encargos ou créditos nas tarifas são determinados pelo regulador com o objetivo de amortizar o montante acumulado nesta conta.

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

O saldo desta conta é considerado como um ativo ou passivo de acordo com o plano de contas do regulador. No entanto, essa conta é excluída das demonstrações financeiras preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, uma vez que o respectivo saldo não é registrado como um ativo ou um passivo, pois a sua realização ou liquidação depende de consumo futuro por parte de diferentes consumidores da Companhia. Portanto, os saldos apresentados acima não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras aqui apresentadas.

(d) Compromissos com contratos de aluguel

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía 12 contratos de aluguéis de imóveis e cujas despesas reconhecidas durante o exercício findo nessa data totalizaram R\$ 4.480 (31 de dezembro de 2014 - R\$ 4.639).

Os termos do arrendamento são de um a seis anos, e a maioria dos contratos de arrendamento é renovável no término do período de arrendamento à taxa de mercado.

Os pagamentos totais mínimos futuros de arrendamento, segundo os arrendamentos operacionais, são:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Obrigações brutas de arrendamento -		
pagamentos mínimos de arrendamento		
Menos de um ano	3.543	4.080
Mais de um ano e menos de cinco anos	<u>2.837</u>	<u>6.233</u>
	<u>6.380</u>	<u>10.313</u>

a) Compra de embalagens plásticas

A controlada Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. tem contrato de compra de *take-or-pay*, com vigência até dezembro de 2017, com fornecedor de embalagens plásticas para óleos lubrificantes que estabelece uma receita mínima com base na combinação de preços e volumes com a garantia de ter um volume mínimo de vendas que assegure a recuperação dos custos inerentes à operação industrial. Não houve valores pagos e não consumidos pela Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. nos últimos exercícios.

19 Fornecedores

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Fornecedores de gás	-	-	1.489.552	1.043.998
Depósitos judiciais sobre fornecimento de gás	-	-	(294.976)	(294.976)
Fornecedores de materiais e serviços	<u>1.151</u>	<u>2.528</u>	<u>350.246</u>	<u>222.148</u>
	<u>1.151</u>	<u>2.528</u>	<u>1.544.822</u>	<u>971.170</u>

- (i) Os contratos de fornecimento de gás natural têm os preços compostos por duas parcelas: uma indexada a uma cesta de óleos combustíveis no mercado internacional e reajustada trimestralmente; e outra reajustada anualmente com base na inflação local e/ou americana. O custo do gás é praticado em R\$/m³, sendo o gás boliviano calculado em US\$/MMBTU, com correção mensal da variação cambial.

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Em 25 de fevereiro de 2014 a Companhia obteve liminar movida contra a PETROBRAS, que garantiu à Companhia o direito de prestar caução mensal do valor controverso devido à PETROBRAS, correspondente à diferença de preços entre (i) o preço praticado no Contrato de Fornecimento de Gás TCQ firmado entre Comgás e Petrobrás e (ii) o preço praticado no Contrato de Fornecimento Firme firmado entre Petrobrás e Gás Brasileiro Distribuidora S.A., considerando a obrigação de isonomia assumida perante o Grupo Petrobras junto à Agência Reguladora Estadual - ARSESP. Inicialmente, a caução foi prestada mediante depósitos bancários que, posteriormente, após liminar concedida pelo STJ, em 6 de novembro de 2014, foram substituídos por carta de fiança emitida por instituição financeira de primeira linha.

Dessa forma, os valores controversos apurados a partir do fornecimento de gás de janeiro a setembro de 2014, foram garantidos em juízo mediante depósito judicial e os valores controversos apurados a partir do fornecimento de gás de outubro de 2014 a setembro de 2015 passaram a ser garantidos mediante fiança bancária. Em 31 de dezembro de 2015 o valor garantido em depósito judicial é de R\$ 294.976 e o valor garantido por meio de fiança é de R\$ 577.420.

20 Outros tributos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Parcelamento de débitos tributários	30.789	191.396	30.789	523.802
COFINS	11.905	8.298	20.815	16.784
PIS	2.510	1.802	4.432	2.121
INSS	539	667	782	1.052
Outros	506	597	17.215	24.490
ICMS	4	-	71.438	66.752
	46.255	202.760	145.471	635.000
Circulante	21.025	200.600	120.241	300.435
Não Circulante	25.230	2.160	25.230	334.565

- i) A Companhia optou por quitar parcela significativa dos débitos parcelados nos termos da Lei 11.941/2009, por meio da utilização do saldo de precatório no valor de R\$ 120.211, e obtenção de anistia de multa e juros de R\$ 36.377 reconhecida como ganho na liquidação do REFIS, apresentado em "Outras despesas, líquidas" (nota 29).

A parcela de R\$ 350.301 referente ao parcelamento de débitos federais de responsabilidade da Exxon Mobil foi compensada neste exercício com o seu respectivo saldo de reembolso, conforme comentado na nota 10.

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os montantes vencíveis em longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
13 a 24 meses	3.311	1.124	3.311	1.124
25 a 36 meses	3.311	688	3.311	688
37 a 48 meses	3.311	39	3.311	39
49 a 60 meses	3.311	39	3.311	39
61 a 72 meses	3.311	39	3.311	39
73 a 84 meses	3.311	39	3.311	39
85 a 96 meses	3.311	39	3.311	39
A partir de 97 meses	2.053	153	2.053	332.558
	25.230	2.160	25.230	334.565

21 Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	409.406	26.413	901.321	536.083
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(139.198)	(8.980)	(306.449)	(182.268)
<i>Ajustes para cálculo da taxa efetiva</i>				
Equivalência patrimonial	362.967	277.880	262.608	201.269
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	(857)	(1.372)	(22.529)	(19.013)
Plano de opções de ações	(3.835)	(4.337)	(3.835)	(4.337)
Juros sobre capital próprio	(37.544)	(29.448)	(10.375)	(13.380)
Prejuízo fiscal e base negativa não reconhecidos	-	-	1.586	(502)
Resultado de empresas no exterior entre lucro real e presumido	(33.588)	3.200	11.321	5.421
Demandas judiciais relacionadas à IR/CS	-	-	24.111	51.398
Baixa do prejuízo fiscal - Cisão Parcial	-	(35.469)	-	(35.469)
Crédito de ação indenizatória	114.844	-	114.844	-
Outros	(5.611)	(5.305)	(4.340)	(2.444)
Receita com imposto de renda e contribuição social (corrente e diferida)	257.178	196.169	66.942	14.514
Taxa efetiva	-62,82%	-742,70%	-7,43%	-2,71%

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Descrição	Controladora				31/12/2014
	31/12/2015				
	Base	IRPJ	CSLL	Total	
Prejuízos fiscais:					
Prejuízos fiscais	481.564	120.391	-	120.391	136.247
Base negativa de contribuição social	492.987	-	44.369	44.369	50.077
Diferenças temporárias:	-	-	-	-	
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	2.279.508	569.877	205.156	775.033	269.164
Ágio fiscal amortizado	(64.185)	(16.046)	(5.777)	(21.823)	(21.823)
Provisões para demandas judiciais	177.317	44.329	15.959	60.288	67.291
Provisões para créditos de liquidação duvidosa e outras perdas	20.902	5.226	1.881	7.107	7.982
Provisões de participações no resultado	13.564	3.391	1.221	4.612	5.255
Resultado não realizado com derivativos	(1.216.723)	(304.181)	(109.505)	(413.686)	(123.390)
Resultado não realizado venda investimentos	-	-	-	-	(18.772)
Outras diferenças temporárias	18.993	4.748	1.709	6.457	1.227
Efeitos na formação da Raízen	(3.338.342)	(834.586)	(300.451)	(1.135.037)	(1.135.037)
Outros	254.411	63.603	22.897	86.500	(42.532)
Total de tributos diferidos		(343.248)	(122.541)	(465.789)	(804.311)

Descrição	Consolidado				31/12/2014
	31/12/2015				
	Base	IRPJ	CSLL	Total	
Prejuízos fiscais:					
Prejuízos fiscais	1.244.558	311.140	-	311.140	318.595
Base negativa de contribuição social	1.263.199	-	113.688	113.688	116.372
Diferenças temporárias:					
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	2.621.381	655.345	235.925	891.270	303.488
Ágio fiscal amortizado	297.922	74.480	26.813	101.293	289.705
Provisões para contingências	482.874	120.718	43.459	164.177	179.166
Provisões para créditos de liquidação duvidosa e outras perdas	177.143	44.286	15.943	60.229	45.784
Provisões de participações no resultado	19.970	4.993	1.797	6.790	7.898
Resultado não realizado com derivativos	(1.282.193)	(320.549)	(115.397)	(435.946)	(126.352)
Resultado não realizado venda investimentos	-	-	-	-	(18.772)
Outras diferenças temporárias	296.088	74.022	26.648	100.670	26.073
Revisão da vida útil	(294.567)	(73.642)	(26.511)	(100.153)	-
Efeitos na formação da Raízen	(3.338.342)	(834.586)	(300.451)	(1.135.037)	(1.135.036)
Propriedades para investimento	(2.015.231)	(40.305)	(21.764)	(62.069)	(74.801)
Bens destinados a venda	(40.766)	(815)	(440)	(1.255)	(773)
Intangível – Contrato de concessão	(36.918)	(9.229)	(3.323)	(12.552)	15.057
Conta corrente regulatória	225.778	56.444	20.320	76.764	82.503
Ganhos ou perdas com passivo atuarial	305.353	76.338	27.482	103.820	87.595
Combinação de negócios - Intangível	(3.629.688)	(907.422)	(326.672)	(1.234.094)	(1.305.599)
Combinação de negócios - Outros efeitos	(195.306)	(48.826)	(17.578)	(66.404)	(33.951)
Outros	112.774	28.193	10.149	38.342	(106.340)
Total		(789.415)	(289.912)	(1.079.327)	(1.329.388)
Tributos diferidos - Ativos				335.808	213.288
Tributos diferidos - Passivos				(1.415.135)	(1.542.676)
Total de tributos diferidos				(1.079.327)	(1.329.388)

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

c) Realização do imposto sobre a renda e contribuição social diferidos

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a administração considera as projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Quando for mais provável que uma parte ou a totalidade dos tributos não será realizada é constituído uma provisão para não realização. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, nenhuma provisão foi reconhecida. Não há prazo de validade para uso dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitado a 30% dos lucros anuais tributáveis.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresenta a seguinte expectativa de realização de tributos diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social:

	Consolidado
	31/12/2015
Após um ano e menor que cinco anos	9.812
Mais de cinco anos	415.016
Total	424.828

d) Movimentação dos impostos diferidos (líquidos)

	Controladora	Consolidado
	(804.311)	(1.329.388)
Saldo em 31 de dezembro de 2014		
Tributos diferidos reconhecidos no resultado do período	307.288	217.169
Outros resultados abrangentes	31.235	36.556
Combinação de negócios	-	(3.792)
Outros	-	128
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(465.788)	(1.079.327)

22 Provisão para demandas judiciais

	Provisão para demandas judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Tributária	73.320	72.614	376.532	341.213
Cíveis e Ambientais	57.542	48.081	161.740	139.256
Trabalhistas	135.678	132.677	165.075	163.932
	266.540	253.372	703.347	644.401

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, são como segue:

	Depósitos Judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Tributária	212.119	199.927	353.961	314.320
Cíveis e ambientais	13.797	12.766	19.465	28.124
Trabalhistas	26.597	23.546	39.641	46.270
	252.513	236.239	413.067	388.714

Movimentação da provisão:

	Controladora			
	Tributária	Cíveis e ambientais	Trabalhistas	Total
Em 31 de dezembro de 2014	72.614	48.081	132.677	253.372
Provisionado no período	2.892	10.696	28.980	42.568
Baixas por reversão / pagamento	(2.374)	(9.083)	(32.399)	(43.856)
Atualização monetária	188	7.848	6.420	14.456
Em 31 de dezembro de 2015	73.320	57.542	135.678	266.540

	Consolidado			
	Tributária	Cíveis e ambientais	Trabalhistas	Total
Em 31 de dezembro de 2014	341.213	139.256	163.932	644.401
Provisionado no período	14.259	20.076	39.257	73.592
Baixas por reversão / pagamento	(6.439)	(14.155)	(40.812)	(61.406)
Atualização monetária	27.499	16.563	2.698	46.760
Em 31 de dezembro de 2015	376.532	161.740	165.075	703.347

a) Tributárias

As principais demandas judiciais tributárias em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, são como seguem:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Compensação com FINSOCIAL ⁽ⁱ⁾	-	-	255.022	241.739
INSS ⁽ⁱⁱ⁾	48.884	44.332	57.916	46.660
Crédito de ICMS ⁽ⁱⁱⁱ⁾	18.777	22.931	29.248	24.231
PIS e COFINS	-	873	-	4.704
IPÍ	1.105	1.027	1.105	1.027
IRPJ e CSLL	329	329	329	329
Outros	4.225	3.122	32.911	22.523
	73.320	72.614	376.531	341.213

- i) Durante o período de outubro de 2003 a novembro de 2006 a subsidiária Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A efetuou a compensação de FINSOCIAL com vários outros tributos federais, com base em decisão judicial transitada em julgado em Set/2003, no âmbito de uma ação em que era discutida a constitucionalidade do FINSOCIAL. Não existem depósitos judiciais relacionados a esses processos.
- ii) O montante provisionado a título de INSS, dentre outros casos, é representado, essencialmente, por valores relativos às contribuições previdenciárias incidentes sobre o faturamento, nos termos do art. 22-A da Lei 8.212/91, cuja constitucionalidade está sendo questionada em juízo. Os depósitos judiciais foram feitos para os montantes correspondentes.

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- iii) Parte considerável do valor provisionado a título de ICMS foi objeto de pagamento à vista, nos termos do Decreto Estadual nº 58.811 de 27 de dezembro de 2012, que instituiu no Estado de São Paulo o Programa Especial de Parcelamento do ICMS (PEP-ICMS). O valor que remanesce provisionado refere-se a autos de infração relativos as diversas espécies de créditos de ICMS. Dentre eles: (a) autos de infração relacionados a créditos de ICMS oriundos de materiais utilizados no processo produtivo. No equivocado entendimento do Fisco Estadual, tais materiais seriam classificados como “uso e consumo”, não gerando direito ao crédito. (b) Atuação, na qualidade de devedor solidário, por suposto descumprimento de obrigações acessórias e falta de recolhimento de ICMS exigido em decorrência de operação de industrialização por encomenda, dentro de uma parceria agrícola, oriunda de contratos firmados entre as Usinas do Grupo (industrializador) e a empresa Central Paulista Açúcar e Alcool Ltda (encomendante).

b) Cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em ações cíveis referentes a (i) indenização por danos materiais e morais, (ii) ações cíveis públicas para abstenção de queima de palha de cana-de-açúcar e (iii) execuções de natureza ambiental.

A Companhia e suas controladas são partes em ações trabalhistas por ex-empregados e empregados de prestadores de serviços que questionam, entre outros, o pagamento de horas extras, adicional noturno e de periculosidade, reintegração de emprego, indenização por acidente de trabalho e devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa, imposto sindical e outros.

Contingências - Demandas judiciais consideradas como de perda possível, portanto não provisionadas

a) Tributárias

As principais demandas judiciais tributárias, cuja probabilidade de perda é possível e, por consequência, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras, estão destacadas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
ICMS- Imposto sobre circulação de mercadorias ⁽ⁱ⁾	1.348.914	1.252.291	1.678.491	1.572.934
IRPJ/CSLL ⁽ⁱⁱⁱ⁾	323.929	296.356	820.972	750.500
PIS e COFINS ^(vi)	708.141	609.154	733.799	680.065
IRRF ⁽ⁱⁱ⁾	2.551	1.161	729.070	656.087
INSS ^(iv)	541.700	500.126	577.686	529.763
IPI - Imposto sobre produtos industrializados ^(v)	423.246	385.306	484.606	441.707
Compensações com crédito de IPI - IN 67/98 ^(vii)	123.522	118.865	123.522	118.865
Outros	524.031	471.326	768.728	632.090
	3.996.034	3.634.585	5.916.874	5.382.011

- i) ICMS – Imposto sobre a circulação de mercadorias. Em síntese, tais demandas referem-se, essencialmente: (a) A parte relativa à multa exigida nos autos de infração lavrados em virtude de suposta ausência de recolhimento de ICMS e descumprimento de obrigações acessórias, em operação de parceria agrícola e de industrialização por encomenda, no período de maio a dezembro de 2006 e maio a dezembro de 2007. Nestes casos a companhia figura como responsável solidária; (b) ICMS incidente nas saídas de açúcar cristalizado destinado à exportação, beneficiados pela Imunidade Tributária. No equivocado entendimento do Fisco Estadual, tal produto enquadra-se como mercadoria semi-elaborada e, por conseguinte, passíveis de tributação; (c) autos de infração relativos à cobrança de diferencial de alíquota de ICMS decorrente de vendas de etanol destinadas a empresas situadas em outros Estados da Federação, as quais, supervenientemente, tiveram suas inscrições estaduais cassadas; (d) exigência de ICMS decorrente de glosas de créditos de óleo diesel utilizado no processo produtivo agroindustrial. No restritivo entendimento do Fisco Estadual, o simples fato de o óleo diesel ser utilizado por terceiros prestadores de serviços agrícolas caracterizaria utilização em fim alheio a atividade da empresa; (e) exigência de ICMS decorrente de supostas diferenças de estoque, equivocadamente apuradas pelo Fisco Estadual. (f) exigência de ICMS decorrente de glosas de créditos oriundos de aquisições de mercadorias de empresas que, após as

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

operações, tiveram suas inscrições estaduais cassadas. Ocorre que o Fisco Estadual, apesar da comprovada boa-fé da empresa, desconsiderou as provas existentes e declarou, retroativamente, a inidoneidade das notas fiscais correspondentes, contrariando a Súmula 509 do STJ.

- ii) IRRF: Em junho de 2013 a Companhia teve ciência de auto de infração lavrado para a cobrança de Imposto sobre a Renda Retido na Fonte ("IR/Fonte"), no valor de R\$ 833.851 (mar/14), imputando à Companhia a responsabilidade pelo IRRF, na qualidade de responsável tributário, em virtude de um pretenso ganho de capital decorrente de aquisição de ativos de empresas localizadas no exterior. A Companhia questiona tal auto de infração na esfera administrativa e, em conjunto com seus assessores jurídicos, classificaram a probabilidade de perda como possível o montante de R\$ 617.995. Já o montante de R\$ 216.855, relativo à parte da multa, está classificado como perda remota.
- iii) IRPJ/CSLL: **(a)** Em dezembro de 2011, a Companhia recebeu autos de infração, no montante atualizado de R\$ 446.444 (mar/14), lavrados pela Receita Federal do Brasil cobrando IRPJ e CSLL dos anos-calendários de 2006 a 2009, questionando: (i) dedutibilidade de despesas de amortização de alguns ágios; (ii) compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativas da CSLL e (iii) a tributação sobre diferenças das reavaliações dos bens integrantes do ativo imobilizado. A Companhia apresentou sua defesa em janeiro de 2012 e, em conjunto com seus assessores jurídicos, classificaram como perda possível o montante de R\$ 221.780. **(b)** Em junho de 2013 a Companhia teve ciência de autos de infração lavrados para a cobrança do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), relativos aos anos-base de 2009 a 2011, no valor total de R\$ 401.904 (mar/14), questionando amortizações de ágio oriundo de legítimas operações societárias. A Companhia questiona tais autos de infração na esfera administrativa e, em conjunto com seus assessores jurídicos, classificaram como perda possível o montante de R\$ 291.724 e R\$ 110.180 como risco remoto pela redução de multa.
- iv) As demandas judiciais possíveis relacionadas ao INSS envolvem, essencialmente: (a) O questionamento acerca da legalidade e constitucionalidade da Instrução Normativa MPS/SRP nº 03 de 2005, que restringiu a imunidade constitucional das contribuições previdenciárias sobre as receitas decorrentes de exportação exclusivamente às vendas diretas, passando a tributar as exportações feitas por meio de empresas comerciais exportadoras ou trading companies; (b) Exigência de contribuição a título do SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) em operações de exportação direta e indireta, em que a Receita Federal entende não haver direito à imunidade constitucional; (c) Exigência de recolhimento de contribuição previdência sobre revenda de mercadorias no mercado interno e para terceiros, que não entram no cômputo da base de cálculo da contribuição previdenciária, a qual incide apenas sobre a receita bruta decorrente da produção efetiva do estabelecimento e não de mercadorias adquiridas.
- v) As contingências relativas ao IPI estão relacionadas, principalmente, à Instrução Normativa SRF nº 67/98, por meio da qual foi convalidado o procedimento adotado pelos estabelecimentos industriais que deram saídas sem lançamento e recolhimento do IPI, relativos às operações com açúcares de cana-de-açúcar do tipo demerara, cristal superior, cristal especial, cristal especial extra e refinado granulado, praticadas no período de 6 de julho de 1995 a 16 de novembro de 1997 e com açúcar refinado do tipo amorfo, no período de 14 de janeiro de 1992 a 16 de novembro de 1997.
- vi) As demandas judiciais possíveis relacionadas ao PIS e COFINS estão relacionadas, substancialmente, às glosas de créditos de PIS e COFINS pelo sistema não cumulativo, previsto nas Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, respectivamente. Referidas glosas decorrem, em síntese, da interpretação restritiva da Secretaria da Receita Federal do conceito de "insumos", bem como de divergências em relação à interpretação das referidas leis. Tais questionamentos ainda encontram-se na esfera administrativa. Há também questionamentos relativos da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo do PIS / COFINS veiculada pela Lei 9.718/98. Oportuno destacar que o Supremo Tribunal Federal já pacificou esta questão, julgando inconstitucional tal exação.
- vii) Compensações com crédito de IPI – IN 67/98. A Instrução Normativa SRF nº 67/98 trouxe a possibilidade da restituição dos valores de IPI recolhidos no período de 14 de janeiro de 1992 a 16 de novembro de 1997, sobre o açúcar refinado do tipo amorfo. Diante disso, a Companhia, para os períodos que havia efetuado o recolhimento, pleiteou a compensação desses valores com outros tributos devidos. No entanto, os pedidos de restituição, bem como de compensação, foram indeferidos pela Secretaria da Receita Federal, dando ensejo ao questionamento na esfera administrativa.

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Cíveis e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Cíveis	522.973	392.870	1.132.962	1.100.612
Trabalhistas	368.506	326.298	398.242	347.615
	891.479	719.168	1.531.204	1.448.227

Recebíveis de processos judiciais

A Companhia reconheceu R\$ 69.951 em dezembro de 2013 e R\$ 318.358 em 2007, correspondendo a ações movidas contra a União Federal, referente ao período em que seus produtos estavam sujeitos ao controle do governo, na qual foram impostas em uma forma incompatível com a realidade do setor. Esse ganho foi registrado no ativo não circulante, na rubrica outros ativos uma vez que na avaliação da Companhia é praticamente certa a entrada dos benefícios econômicos.

Em função de recentes decisões judiciais, durante o exercício foi reconhecido o valor de R\$ 290.180 (líquido da provisão de honorários advocatícios) relativo ao crédito de outra ação da mesma natureza descrita acima na linha de “Outras receitas operacionais, líquidas” (nota 29).

Em 31 de dezembro de 2015, o ativo registrado e sua correspondente provisão para honorários advocatícios totalizaram R\$ 830.461 e R\$ 113.944 (R\$ 460.103 e R\$ 56.581 em 31 de dezembro de 2014), nas rubricas de "outros ativos" e "outros passivos" respectivamente. O valor justo para esses registros são equivalentes ao valor contábil reconhecido.

23 Obrigações com acionistas preferencialistas em subsidiárias

A Companhia contribuiu todas suas ações ordinárias de emissão da Raízen Energia S.A. e da Raízen Combustíveis S.A. e dívidas, líquidas de recursos financeiros, em montante de R\$ 1.979.519, representada por debêntures e linha de capital de giro, para a controlada Cosan Investimentos e Participações S.A.

Em 27 de junho de 2014, a Companhia celebrou Acordo de Investimentos e Outros Pactos com o Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus II (“FIP Multisetorial Plus II”), e com o Razac Fundo de Investimento em Participações (“FIP Razac”). Com isso, o FIP Multisetorial Plus II e o FIP Razac subscreveram ações preferenciais, sem direito de voto, de emissão da Cosan Investimentos e Participações S.A., pelo valor total de R\$ 2.000.000, classificado como passivo financeiro (put option) nas demonstrações financeiras da Companhia.

O passivo financeiro será mensurado levando em consideração o “saldo devedor” do valor do aporte inicial acrescido da atualização financeira deduzido dos dividendos pagos (também atualizados). A Companhia terá a obrigação de realizar o pagamento aos Investidores caso eles exerçam a opção de venda do investimento em 2021.

24 Patrimônio líquido

a. Capital Social

O capital subscrito de R\$ 3.822.725 e R\$ 3.632.231 inteiramente integralizado em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é representado por 407.214.353 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

O capital social autorizado pode ser aumentado até o limite de R\$ 6.000.000, independente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que têm a competência para fixar o número de ações a serem emitidas, o preço de emissão e as demais condições de subscrição e integralização das ações dentro do capital autorizado.

O capital subscrito e inteiramente integralizado em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é representado por 407.214.353 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 30 de abril de 2015 foi aprovado por meio de ata de assembleia geral, o aumento de capital no valor de R\$ 190.494 sem emissão de novas ações, mediante a conversão de parte do saldo existente na conta de reserva estatutária.

b. Reserva estatutária – reserva especial

A Reserva estatutária – reserva especial tem por finalidade reforçar o capital de giro, financiar a manutenção, expansão e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia e/ou de suas controladas.

Esta reserva especial será formada com até 75% do lucro líquido de cada período após executadas as demais reservas de lucro e até o limite de 100% do capital social.

c. Dividendos

Os dividendos, a destinação do lucro líquido do exercício e excesso das reservas de lucro, conforme determinado no art. 199 da Lei das Sociedades Anônimas serão objetos de deliberações na próxima Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até 30 de abril de 2016.

	31/12/2015
Lucro líquido do exercício	666.584
Constituição da reserva legal – 5%	(33.329)
Base de cálculo para distribuição de dividendos	633.255
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	(158.314)
Reserva Estatutária	474.941

Movimentação dividendos a pagar

Saldo em 31 de dezembro de 2014	12.437
Dividendo final exercício anterior	125.001
Dividendo interino exercício corrente	158.314
Dividendos pagos	(272.330)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	23.422

d. Reserva de Lucros a Realizar

A reserva de lucros a realizar foi constituída no exercício findo em 31 de março de 2012 quando o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos art. 202 da Lei nº. 6.404/76 e alterações posteriores, ultrapassou a parcela realizada do lucro líquido do período, que foi obtido pelo o lucro líquido daquele exercício deduzido do (i) resultado líquido positivo da equivalência patrimonial e (ii) o lucro, rendimento ou ganho líquidos em operações de ativo e passivo pelo valor de mercado, cujo prazo de realização financeira ocorrerá em exercício seguinte.

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

e. Programa de recompra de ações

Em 11 de junho de 2013, o Conselho de Administração aprovou o plano de recompra de ações de emissão da própria Companhia para manutenção em tesouraria, cancelamento ou alienação. O prazo para realização da operação é de 365 dias e o máximo de ações que podem ser recompradas dentro do período é de 4.600.000 ações ordinárias (representativas de 1,129626% da quantidade total de ações).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não houve recompra de ações ordinárias.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía 1.357.539 ações em tesouraria, cujo preço de mercado era de R\$ 25,20 (R\$ 28,85 em 31 de dezembro de 2014).

f. Outros componentes do patrimônio líquido

	31/12/2014	Resultado abrangente			31/12/2015
		Base	Tributos diferidos	Líquido	
Efeito de conversão moeda estrangeira em subsidiária - CTA	(23.593)	(56.785)	-	(56.785)	(80.378)
Perda com <i>hedge accounting</i> de controladas em conjunto e subsidiárias	(10.686)	(224.875)	(330)	(225.205)	(235.891)
Ganho com propriedade para investimento	190.735	-	-	-	190.735
Ganho / (perda) com plano de pensão	23.467	(28.895)	9.824	(19.071)	4.396
Perda na mensuração inicial de instrumento financeiro derivativo	-	(91.867)	31.236	(60.631)	(60.631)
Valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda	22.572	12.374	(4.207)	8.167	30.739
Total	202.495	(390.048)	36.523	(353.525)	(151.030)

Atribuído a:

Acionistas controladores	175.298		(359.989)	(184.691)
Acionistas não controladores	27.197		6.464	33.661

	31/12/2013	Resultado abrangente			31/12/2014
		Base	Tributos diferidos	Líquido	
Efeito de conversão moeda estrangeira em subsidiária - CTA	(240)	(23.353)	-	(23.353)	(23.593)
Ganho / (Perda) com <i>hedge accounting</i> de controladas em conjunto e subsidiárias	43.385	(54.071)	-	(54.071)	(10.686)
Ganho com propriedade para investimento	190.735	-	-	-	190.735
Ganho / (Perda) com plano de pensão	(7.546)	46.989	(15.976)	31.013	23.467
Valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda	16.126	9.767	(3.321)	6.446	22.572
Total	242.460	(20.668)	(19.297)	(39.965)	202.495

Atribuído a:

Acionistas controladores	221.351		(46.053)	175.298
Acionistas não controladores	21.109		6.088	27.197

25 Lucro por ação

O cálculo do lucro básico por ação foi feito através da divisão do lucro atribuível aos acionistas da controladora pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o ano excluindo as ações ordinárias compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria (nota 24).

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

O cálculo do lucro diluído por ação foi feito através da divisão do lucro atribuível aos acionistas da controladora, ajustado para presumir a conversão de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras em controladas pela média ponderada do número de ações em circulação durante o ano, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (nota 24). As subsidiárias da Companhia têm duas categorias de efeitos de diluição: opções de ações e opções de venda. Para as opções de ações, é feito um cálculo para determinar o efeito da diluição no lucro atribuível aos acionistas da controladora, devido ao exercício das opções de ações das subsidiárias. Para a opção de venda, é assumido como tendo sido convertidas em ações ordinárias, e o lucro atribuível aos acionistas da controladora é ajustado.

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014(em milhares, exceto valores por ação):

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Lucro líquido de operações em continuidade atribuível a detentores de ações ordinárias	666.584	222.581
Lucro (prejuízo) da operação descontinuada atribuível a detentores de ações ordinárias	<u>-</u>	<u>69.442</u>
Lucro líquido atribuível a detentores de ações ordinárias - lucro básico por ação	<u>666.584</u>	<u>292.023</u>
Efeito da diluição: <i>Put option</i>	<u>(12.160)</u>	<u>-</u>
Lucro líquido atribuível a detentores de ações ordinárias ajustado pelo efeito da diluição	<u>654.424</u>	<u>292.023</u>
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação - básico	405.856.814	405.856.814
Efeito de diluição: <i>Stock option</i>	364.204	2.138.375
<i>Put option</i>	10.833.264	-
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação - diluído	417.054.281	407.995.189
Lucro básico por ação ordinária		
Operações continuadas	R\$1,64	R\$0,55
Operações descontinuadas	-	R\$0,17
Lucro diluído por ação ordinária		
Operações continuadas	R\$1,57	R\$0,55
Operações descontinuadas	-	R\$0,17

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

26 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Receita bruta na venda de produtos e serviços	10.123.667	9.702.961
Receita de construção	408.086	481.314
Impostos e deduções sobre vendas	(2.079.852)	(2.037.412)
Receita operacional líquida	8.451.901	8.146.863

27 Despesas por natureza

O grupo de despesas é demonstrado no resultado consolidado por função. A reconciliação do resultado por natureza/finalidade para o exercício de 31 de dezembro de 2015 e 2014, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Matéria-prima	-	-	(5.861.537)	(4.732.046)
Despesas com pessoal	(96.573)	(94.136)	(540.989)	(1.193.814)
Despesas comerciais	-	-	(65.096)	(60.906)
Despesa com transporte	-	-	(279.393)	(480.517)
Depreciação e amortização ^(b)	(4.036)	(2.917)	(513.199)	(564.952)
Outras despesas	(25.620)	(17.863)	(175.351)	(214.129)
	(126.229)	(114.916)	(7.435.565)	(7.246.364)
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	-	-	(5.923.321)	(5.803.359)
Despesas com vendas	-	-	(919.168)	(881.543)
Gerais e administrativas ^(a)	(126.229)	(114.916)	(593.076)	(561.462)
	(126.229)	(114.916)	(7.435.565)	(7.246.364)

a) Os gastos com pesquisa e desenvolvimento do exercício foram de R\$ 821 (R\$ 4.969 para o exercício findo em 31 de dezembro 2014).

b) Não inclui R\$ 16.600 apresentados como dedução da receita líquida (R\$ 16.913 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014).

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

28 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Custo da dívida bruta				
Juros sobre dívida	(20.997)	(73.393)	(599.818)	(657.516)
Variação monetária e cambial sobre dívida	(124.978)	(347.649)	(1.511.088)	48.482
Fianças e garantias sobre dívida	-	-	(23.708)	(21.310)
Derivativos	1.240.116	117.762	1.122.351	169.374
	1.094.141	(303.280)	(1.012.263)	(460.970)
Rendimento de aplicação financeira	33.282	13.381	240.882	109.806
	33.282	13.381	240.882	109.806
Custo da dívida, líquida	1.127.423	(289.899)	(771.381)	(351.164)
Outros encargos e variações monetárias				
Juros sobre outros recebíveis	54.870	36.300	120.806	82.445
Juros sobre outras obrigações	(321.615)	(155.234)	(468.883)	(136.169)
Despesas bancárias	(13.587)	(47.120)	(50.123)	(89.240)
Variação cambial exceto dívida	(1.588.536)	(127.548)	41.427	(451.761)
Outros	-	(934)	-	-
	(1.868.868)	(294.536)	(356.773)	(594.725)
Resultado financeiro, líquido	(741.445)	(584.435)	(1.128.154)	(945.889)
Despesas financeiras	(589.532)	(471.472)	(1.387.864)	(973.853)
Receitas financeiras	226.167	140.533	423.699	184.190
Variação cambial exceto dívida	(1.618.196)	(391.858)	(623.164)	(318.984)
Derivativos	1.240.116	138.362	459.175	162.758
Resultado financeiro, líquido	(741.445)	(584.435)	(1.128.154)	(945.889)

29 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ganho com ações indenizatórias	345.193	-	345.193	-
Ganho na liquidação de REFIS	36.377	28.440	36.377	28.440
Crédito fiscal	29.870	23.380	29.870	23.380
Resultado na venda de ativo não circulante	-	-	(6.136)	(10.835)
Ganhos de valor justo das propriedades para investimento	-	-	51.073	131.697
Efeito líquido das demandas judiciais	(51.223)	(73.292)	(59.590)	(83.061)
Custas com operações societárias (i)	(141.988)	(115.489)	(141.988)	(115.489)
Outros	(8.700)	45.430	(14.040)	15.373
	209.529	(91.531)	240.759	(10.495)

(i) Valor relacionado à custos incorridos pela Companhia com os advogados, consultores, consultores de negócios e outros serviços relacionados para reorganizações societárias.

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

30 Operação descontinuada

Em 1º de outubro de 2014 mediante Assembleia Geral Extraordinária (AGE) foi deliberada e aprovada a cisão parcial da Companhia e incorporação pela Cosan Logística S.A. da parcela cindida que corresponde às suas atividades de logística.

Por conta da cisão, a totalidade das ações de emissão da Cosan Logística até então detidas pela Companhia foi cancelada e, subsequentemente, foram emitidas 405.856.814 novas ações de emissão da Cosan Logística S.A., as quais foram atribuídas aos acionistas da Companhia, na proporção de 1:1. As ações da Cosan Logística S.A. foram admitidas à negociação no Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBovespa”) em 6 de outubro de 2014. Consequentemente, o patrimônio líquido da Companhia foi R\$ 975.854, considerando as movimentações previstas no item 4.4 do Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Cosan S.A. Indústria e Comércio e Incorporação da Parcela Cindida pela Cosan Logística S.A.

A Companhia também era parte em um acordo com acionistas não controladores da Rumo, cujo aditivo possuía eficácia a partir da incorporação de ações da ALL – América Latina Logística S.A. pela Rumo, que prevê um direito de substituições de ações da antiga controlada por determinado número de ações a serem emitidas pela Companhia e pela Cosan Logística. Com a conclusão da mencionada operação, a Companhia passou a reconhecer um instrumento financeiro derivativo no montante de R\$ 147.244 (em 31 de dezembro de 2015) apresentado na linha de “Outras contas a pagar” no passivo não circulante.

31 Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas, a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco.

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros são como segue:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações em fundos exclusivos	2.213.630	434.784
Títulos e valores mobiliários	241.430	149.735
Instrumentos financeiros derivativos	2.292.859	880.366
	<u>4.747.919</u>	<u>1.464.885</u>
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	915.900	1.105.408
Contas a receber de clientes	799.307	856.723
Recebíveis de partes relacionadas	307.944	263.914
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	11.321	36.130
Outras contas a receber	-	440.180
	<u>2.034.472</u>	<u>2.702.355</u>
Total	<u>6.782.391</u>	<u>4.167.240</u>
Passivos		
Passivo pelo custo amortizado		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.353.958	4.144.119
Fornecedores	1.544.822	971.170
Pagáveis a partes relacionadas	114.559	122.449
Contraprestação contingente	137.682	186.649
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	50.333	20.347
REFIS	30.789	523.802
Obrigações com acionistas preferencialistas	2.042.878	1.926.888
	<u>9.275.021</u>	<u>7.895.424</u>
Valor justo por meio do resultado		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.401.745	3.253.483
Plano de pensão e benefício pós-emprego	344.334	301.764
Instrumentos financeiros derivativos	740.718	333.435
Outros passivos	147.224	-
	<u>5.634.021</u>	<u>3.888.682</u>
	<u>14.909.042</u>	<u>11.784.106</u>

Durante o exercício, não houve reclassificação entre as categorias apresentadas acima.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu o Comitê de Gerenciamento de Risco, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. O Comitê reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre suas atividades.

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Administração através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Companhia está exposta. O Comitê de Auditoria é suportado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nas políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado destes procedimentos é reportado para o Comitê de Auditoria.

Todas as atividades com derivativos para fins de gestão de risco são realizadas por equipes especializadas com as habilidades, experiência e supervisões apropriadas. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise da exposição ao risco que a administração pretende cobrir.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os valores justos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para proteger a exposição ao risco da Companhia estavam utilizando dados observáveis, como preços cotados em mercados ativos ou fluxos descontados com base em curvas de mercado e estão apresentados a seguir:

	Nocional		Valor justo	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Derivativos de taxa de câmbio				
Contratos de Swap	-	828.442	-	330.097
Contratos a Termo	2.058.190	178.127	46.200	21.250
Opções	-	2.202.425	-	(8.842)
	2.058.190	3.208.994	46.200	342.505
Risco de taxa de câmbio e juros				
Contratos de Swap (juros)	900.634	221.560	(69.964)	(40.328)
Contratos de Swap (juros e câmbio)	3.889.822	1.540.529	1.575.905	244.754
	4.790.456	1.762.089	1.505.941	204.426
Total de instrumentos contratados pela Companhia			1.552.141	546.931
Ativos			2.292.859	880.366
Passivos			(740.718)	(333.435)

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Risco de crédito

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾	3.129.530	1.540.192
Contas a receber de clientes ⁽ⁱⁱ⁾	799.307	856.723
Instrumentos financeiros derivativos ⁽ⁱⁱⁱ⁾	2.292.859	880.366
Outras contas a receber	-	440.180
Títulos e valores mobiliários	241.430	149.735
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	11.321	36.130
	6.474.447	3.903.326

(i) A Companhia detinha 'Caixa e equivalentes de caixa' de R\$ 3.129.530 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 1.540.192 em 31 de dezembro de 2014). O 'Caixa e equivalentes de caixa' são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA e AAA.

(ii) O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência, e quaisquer entregas a grandes clientes costumam ter a cobertura de cartas de crédito ou outras formas de seguro de crédito.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros. A Administração considera que o risco de crédito está substancialmente coberto pela provisão para crédito de liquidação duvidosa.

(iii) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é o valor registrado, como demonstrado na nota 17. A exposição máxima em relação a garantias financeiras e instrumentos financeiros derivativos são apresentados no quadro de liquidez abaixo.

O risco de crédito sobre caixa e equivalente de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos são determinados por instrumentos de *rating* amplamente aceitos pelo mercado e estão dispostos como segue:

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
AAA	1.116.836	957.175
AA	3.701.377	461.675
A	297.671	-
BBB	542.706	-
	<u>5.658.590</u>	<u>1.418.850</u>

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas encontrem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

Os passivos financeiros não derivativos da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa futuro não descontados) são os seguintes:

	<u>31/12/2015</u>				<u>31/12/2014</u>
	<u>Até 1 ano</u>	<u>De 1 a 2 anos</u>	<u>De 3 a 5 anos</u>	<u>Acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.657.486)	(1.218.206)	(6.918.556)	(8.142.124)	(17.936.372)
Fornecedores	(1.544.822)	-	-	-	(1.544.822)
REFIS	(6.405)	(5.803)	(9.818)	(12.477)	(34.503)
	<u>(3.208.713)</u>	<u>(1.224.009)</u>	<u>(6.928.374)</u>	<u>(8.154.601)</u>	<u>(19.515.697)</u>
					<u>(12.183.429)</u>

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado – tais como as taxas de câmbio e taxas de juros – afetarão os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco. A Companhia busca aplicar contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade no resultado para determinadas operações.

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

a) Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia e suas controladas apresentavam a seguinte exposição líquida à variação cambial em ativos e passivos denominados em Reais (R\$):

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e equivalentes de caixa	123.038	74.830
Contas a receber de clientes	16.112	20.615
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(5.894.172)	(4.150.856)
Contraprestação contingente	(65.064)	(47.340)
Instrumentos financeiros derivativos (nocional)	5.959.411	4.064.869
Exposição cambial, líquida	139.325	(37.882)

Análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de câmbio:

O cenário provável foi definido com base nas taxas de mercado de dólares norte-americanos em 31 de dezembro de 2015, que determina o valor justo dos derivativos naquela data. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio de dólar norte-americano usados no cenário provável.

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, levantados em 31 de dezembro de 2015, a Companhia realizou uma análise de sensibilidade com aumento e diminuição das taxas de câmbio (R\$/US\$) de 25% e 50%. O cenário provável considera projeções da Companhia para as taxas de câmbio no vencimento das operações para empresas com moeda funcional real (positivos e negativos, antes dos impostos), como segue:

Análise de sensibilidade das taxas de câmbio (R\$/US\$)					
	31/12/2015	25%	50%	-25%	Cenários -50%
Em 31 de dezembro de 2015	3,9048	4,8810	5,8572	2,9286	1,9524

Considerando o cenário acima, os ganhos e perdas seriam afetados da seguinte forma:

Instrumento	Fator de risco	Saldo	25%	50%	-25%	Cenários -50%
Caixa e equivalentes de caixa	Baixa do USD	123.038	30.760	61.519	(30.760)	(61.519)
Contas a receber de clientes	Baixa do USD	16.112	4.028	8.056	(4.028)	(8.056)
Derivativos de taxa de câmbio (nocional)	Baixa do USD	2.041.913	520.585	1.041.169	(520.585)	(1.041.169)
Derivativos de taxa de juros e câmbio (nocional) ⁽ⁱ⁾	Baixa do USD e alta do CDI	3.917.499	1.014.516	2.029.032	(1.014.516)	(2.029.032)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do USD	(5.894.172)	(1.473.543)	(2.947.086)	1.473.543	2.947.086
Contraprestação contingente	Alta do USD	(65.064)	(16.266)	(32.532)	16.266	32.532
Impactos no resultado		139.326	80.080	160.158	(80.080)	(160.158)

- (i) Para a análise de sensibilidade, é considerado apenas os derivativos com riscos cambiais.

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas monitoram as flutuações das taxas de juros variáveis atreladas a algumas dívidas, principalmente aquelas vinculadas ao risco de LIBOR, e utiliza-se de instrumentos derivativos com o objetivo de minimizar estes riscos.

Análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de juros:

A análise de sensibilidade sobre as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração pelo CDI das aplicações financeiras com aumento e redução de 25% e 50% está apresentada a seguir:

	31/12/2015				
Exposição taxa de juros⁽ⁱ⁾	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa	419.313	104.828	209.657	(104.828)	(209.657)
Títulos e valores mobiliários	33.399	8.350	16.699	(8.350)	(16.699)
Derivativos de taxa de juros	69.964	39.468	63.132	(29.767)	(80.833)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(859.010)	(214.752)	(429.505)	214.752	429.505
Impactos no resultado	(336.334)	(62.106)	(140.017)	71.807	122.316

- (i) Os índices de CDI e TJLP considerados: 14,14% a.a. e 7,00% a.a., respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros representa o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo de títulos e bônus negociáveis é baseado nas cotações de preço na data das demonstrações financeiras. O valor justo de instrumentos não negociáveis, de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, de obrigações sob arrendamento mercantil financeiro, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, é estimado por meio dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes.
- O valor de mercado das *Senior Notes* com vencimento em 2018 e 2023 cotadas na Bolsa de Valores do Luxemburgo (nota 17) é baseado em seu preço de mercado cotado em 31 de dezembro 2015, de 78,71% (88,74% em 31 de dezembro de 2014) e 83,83% (99,38% em 31 de dezembro de 2014), respectivamente, do valor nominal de face em 31 de dezembro de 2015.

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- O valor justo dos Bônus Perpétuos cotados na Bolsa de Valores de Luxemburgo (nota 17) é baseado em seu preço de mercado cotado como 31 de dezembro de 2015 de 79,64% (101% em 31 de dezembro de 2014) do valor de face das obrigações em 31 de dezembro de 2015.
- O valor justo dos demais empréstimos e financiamentos, os respectivos valores de mercado se aproximam substancialmente dos valores registrados devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis, veja detalhes na nota 17.
- O valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda é obtido por meio de preços de mercado cotados em mercados ativos, se houver.

A Companhia e suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos junto a diversas contrapartes. Os derivativos avaliados utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado referem-se, principalmente, a swaps de taxas de juros e contratos cambiais a termo. Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado utilizando técnicas de avaliação e dados de mercado observáveis. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo e swaps, com cálculos a valor presente. Os modelos consideram diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo e curvas das taxas de juros.

Os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros são como segue:

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Valor contábil		Ativos e passivos mensurados ao valor justo			
			31/12/2015		31/12/2014	
	31/12/2015	31/12/2014	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Ativos						
Aplicações em fundos exclusivos	2.213.630	434.784	-	2.213.630		434.784
Títulos e valores mobiliários	241.430	149.735	-	241.430	-	149.735
Instrumentos financeiros derivativos	2.292.859	880.366	-	2.292.859	-	880.366
Total	4.747.919	1.464.885	-	4.747.919	-	1.464.885
Passivo						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(4.401.745)	(3.253.483)	-	(4.401.745)	-	(3.253.483)
Plano de pensão e benefício pós-emprego	(344.334)	(301.764)	-	(344.334)	-	(301.764)
Instrumentos financeiros derivativos	(740.718)	(333.435)	-	(740.718)	-	(333.435)
Outros passivos	(147.224)	-	-	(147.224)	-	-
Total	(5.634.021)	(3.888.682)	-	(5.634.021)	-	(3.888.682)

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Hedge accounting – Valor justo

Atualmente, a Companhia adotou o *hedge* de valor justo para algumas de suas operações que ambos os instrumentos de *hedge* e os itens cobertos são contabilizados pelo valor justo por meio do resultado. Operações e efeitos contábeis dessa adoção são os seguintes:

	<u>Dívida</u>	<u>Derivativos</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.827.251	(183.086)	1.644.165
Amortização dos juros	(113.855)	(83.997)	(197.852)
Valor justo	809.376	(555.503)	253.873
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>2.522.772</u>	<u>(822.586)</u>	<u>1.700.186</u>

Gestão de capital

A política da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital adequado a cada um de seus negócios, onde a Companhia define como sendo o resultado de atividades operacionais sobre o capital investido.

32 Pensão e benefício pós-emprego

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Futura	48.414	23.048
Futura II	222	154
COMGÁS	295.698	278.562
	<u>344.334</u>	<u>301.764</u>

Plano de pensão

Contribuição definida

A Companhia concede planos de aposentadoria de contribuição definida a todos os empregados. Os ativos do plano são mantidos pelos planos Futura, administrado pela Futura II – Entidade de Previdência Complementar (“Futura II”), e Plano de Aposentadoria COMGÁS – PLAC. A Companhia e suas controladas não possuem obrigações legais ou construtivas para contribuições extraordinárias adicionais, caso o plano não tenha ativos suficientes para pagamento de todos os benefícios ou eventual ocorrência de déficit.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os valores de contribuições das patrocinadoras para os planos totalizaram R\$ 121 (R\$ 382 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014).

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Passivo atuarial

Benefício definido

Plano de benefício definido saldado, cujos participantes ativos possuem um benefício saldado calculado de acordo com o regulamento, o qual está sendo atualizado até a data do recebimento pelo índice de reajuste do plano, o que leva a Companhia a adotar como provisão o valor presente dos benefícios, e que os participantes assistidos recebem renda vitalícia pelo plano. Os principais riscos atuariais são:

- (i) a sobrevivência superior ao previsto nas tábuas de mortalidade;
- (ii) a rentabilidade do patrimônio abaixo da taxa de desconto atuarial acrescida da variação acumulada do IGP-DI; e
- (iii) a composição familiar real dos aposentados diferente da hipótese estabelecida.

A Companhia contribui aos seguintes planos de benefício definido pós-emprego:

- **Futura:**

A controlada Cosan Lubrificantes e Especialidade S.A. (“CLE”) patrocina a Futura – Entidade de Previdência Complementar (“Futura”), antiga Previd Exxon - Sociedade de Previdência Privada, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios, dentro de certos limites estabelecidos no regulamento do Plano de Aposentadoria. Este plano foi alterado para prever o seu saldamento, aprovado pela autoridade competente em 5 de maio de 2011. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os valores de contribuições da patrocinadora para o plano totalizaram R\$ 7.499 (R\$ 8.757 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014). A duração média ponderada da obrigação é de 11,09 anos.

- **COMGÁS:**

As obrigações relativas aos planos de benefícios pós-emprego, os quais abrangem assistência médica, pensão por morte temporária, auxílio deficiente vitalício e auxílio médico vitalício.

Esses planos são regidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil, que exige que os pagamentos salariais finais sejam ajustados pelo índice de preços ao consumidor, quando pagos durante a aposentadoria. O nível de benefícios prestados depende da extensão dos serviços e salários dos participantes em idade de aposentadoria. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os valores de contribuições da patrocinadora para o plano totalizaram R\$ 16.250 (R\$ 14.672 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014). A duração média ponderada da obrigação é de 12,2 anos.

A movimentação do valor presente da obrigação de benefício definido e do valor justo dos ativos do plano está apresentada a seguir:

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Obrigação de benefício definido inicial	639.622	622.546
Custo dos serviços correntes	247	264
Juros sobre obrigação atuarial	76.009	73.841
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	(56.544)	3.879
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	38.207	(21.173)
Benefícios pagos	(43.211)	(39.735)
Obrigação de benefício definido final	<u>654.330</u>	<u>639.622</u>
Valor justo inicial dos ativos do plano	(334.330)	(281.142)
Receitas de juros	(38.770)	(33.317)
Rendimento sobre os ativos maior que a taxa de desconto	(7.387)	(36.178)
Contribuições do empregador	(7.499)	(8.757)
Benefícios pagos	26.961	25.063
Valor justo final dos ativos do plano	<u>(361.025)</u>	<u>(334.331)</u>
Superávit (déficit) do exercício	<u>293.305</u>	<u>305.291</u>
Efeito do Asset Ceiling	51.176	-
Passivo líquido de benefício definido	<u>344.481</u>	<u>305.291</u>

Despesa total reconhecida no resultado:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Custo dos serviços correntes	(247)	(264)
Juros líquidos sobre passivo (ativo) líquido	(37.239)	(40.524)
	<u>(37.486)</u>	<u>(40.788)</u>

Montante total reconhecido como outros resultados abrangentes:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	56.544	(10.362)
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(38.207)	21.173
Rendimento sobre os ativos maior que a taxa de desconto	7.388	36.178
Mudança no superávit irrecuperável	(51.176)	-
Montante acumulado no final do exercício	<u>(25.451)</u>	<u>46.989</u>

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os ativos do plano são compostos dos seguintes:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Valor	Percentual	Valor	Percentual
Renda fixa	296.402	82,10%	269.170	80,51%
Renda variável	33.900	9,39%	65.161	19,49%
Outros	30.723	8,51%	-	-
	361.025	100,00%	334.331	100,00%

Os ativos do plano são compostos por ativos financeiros com preços cotados em mercado ativo e outras informações, portanto, são classificados como Nível 1 e Nível 2 na hierarquia de avaliação de valor justo. A taxa total esperada de rendimento de ativos é apurada com base nas expectativas de mercado existentes naquela data, aplicável ao período ao longo do qual a obrigação deve ser liquidada.

As principais premissas utilizadas para apurar as obrigações com benefícios previdenciários da Companhia são as seguintes:

	Futura		COMGÁS	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Taxa de desconto	12,98%	11,92%	14,14%	12,78%
Taxa de inflação	5,30%	5,20%	6,50%	6,00%
Futuros aumentos salariais	N/A	N/A	9,69%	9,18%
Futuros aumentos de pensão	5,30%	5,20%	6,50%	6,00%

A Companhia espera fazer contribuições no montante de R\$ 47.731 em relação ao seu plano de benefício definido e de contribuição variável em 2016.

Análise de sensibilidade

Mudanças na taxa de desconto para a data do balanço em uma das premissas atuariais relevantes, mantendo as outras premissas constantes, teriam afetado a obrigação de benefícios definido conforme demonstrado abaixo:

	Taxa de desconto			
	Aumento		Redução	
	1%	0,5%	-1%	-0,5%
Futura	(29.387)	-	34.778	-
Futura II	(16)	-	18	-
COMGÁS	-	(14.834)	-	16.225

Não houve alteração em relação a exercícios anteriores nos métodos e nas premissas usados na preparação da análise de sensibilidade

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

33 Pagamento baseado em ações

Em 29 de julho de 2011, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foram aprovadas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de Plano de Opção de Compra de Ações por parte de executivos e empregados da Companhia, autorizando a emissão de até 5% das ações do capital social da Companhia para atendimento ao plano. O plano de opção de compra de ações foi elaborado para obter e reter os serviços prestados por executivos e empregados de alto nível, oferecendo-lhes a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia.

Em 18 de agosto de 2011, o Conselho de Administração aprovou a outorga de opção de compra de ações, no montante de até 12.000.000 ações ordinárias a serem emitidas ou adquiridas pela Companhia, referentes a 2,41% do capital social da época. Nesta mesma data os executivos elegíveis foram informados dos principais termos e condições do acordo de remuneração com base em ações.

Nessa mesma data, foram outorgadas 10.525.000 opções de compra de ações divididas em três tranches, sem qualquer desconto e com as seguintes características:

- Tranche A - As opções poderão ser exercidas após o período de carência de um ano, considerando um percentual máximo de 20% por ano, do total das opções concedidas pela Companhia dentro de um período de cinco anos. O período de exercício termina em 19 de agosto de 2016.
- Tranche B - As opções poderão ser exercidas após o período de carência de um ano, considerando um percentual máximo de 10% por ano, do total das opções concedidas pela Companhia dentro de um período de dez anos. O período de exercício termina em 19 de agosto de 2021.
- Tranche C - As opções poderão ser exercidas após o período de carência de um ano, considerando um percentual máximo de 20% por ano, do total das opções concedidas pela Companhia. dentro de um período de cinco anos. O período de exercício termina em 11 de dezembro de 2017.

De acordo com o valor médio de mercado das ações em um período de 30 dias que termina na data de emissão, o preço de exercício foi definido em R\$ 22,80 por ação, sem qualquer desconto.

Em 24 de abril de 2013, 25 de abril de 2014 e 31 de agosto de 2015, foram outorgadas 970.000, 960.000 e 759.000 opções, respectivamente, com exercício a partir do quinto ano, para os executivos elegíveis.

O valor justo do plano de remuneração em ações foi estimado com as seguintes premissas:

Programas de opção	Expectativa de exercício (anos)	Taxa de juros	Volatilidade	Quantidade		Preço de mercado na data de outorga	Preço de exercício em 31/12/2015	Valor justo na data de outorga - R\$(i)
				Opções outorgadas	Em 31/12/2015			
18/08/2011 - Tranche A	1 a 5	12,39%	31,44%	4.825.000	2.250.000	22,98	23,79	6,80
18/08/2011 - Tranche B	1 a 10	12,39%	30,32%	5.000.000	4.080.000	22,98	23,79	8,15
12/12/2012 - Tranche C	1 a 5	8,78%	31,44%	700.000	652.000	39,80	40,76	10,10
24/04/2013	5	13,35%	27,33%	970.000	970.000	46,51	46,53	17,95
25/04/2014	5	12,43%	29,85%	960.000	960.000	37,10	38,09	15,67
31/08/2015	5	14,18%	33,09%	759.000	759.000	18,15	20,10	7,67
				13.214.000	9.671.000			

(i) A mensuração do valor justo foi efetuada no modelo de precificação Black-Scholes.

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Expectativa de exercício – O prazo esperado pela Companhia para o exercício das opções foi determinado considerando a premissa de que os executivos exercerão suas opções após o período de carência.

Volatilidade esperada – A Companhia optou por utilizar a volatilidade histórica de suas ações ajustada pela volatilidade recente de alguns competidores que atuam em ramos de negócios similares, haja vista a nova estrutura de capital e modelo de negócio da Companhia.

Dividendos esperados – Os dividendos esperados foram calculados com base no valor corrente das ações no mercado na data da concessão, ajustado pela taxa média de retorno de capital para os acionistas durante o período projetado. Os dividendos esperados utilizados nos modelo de precificação *Black-Scholes* foi de 3,80%.

Taxa de juros isenta de risco – A Companhia considerou a taxa de juros DI livre de riscos negociados na BM&FBOVESPA na ocasião da outorga das opções e pelo prazo equivalente ao termo das opções concedidas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, R\$ 11.279 (R\$ 12.753 em 31 de dezembro de 2014) haviam sido reconhecidos como despesa referente ao plano de opções. A vigência contratual média ponderada remanescente para as opções de ação restante em 31 de dezembro de 2015 era de 3,1 anos. A despesa a ser reconhecida nos próximos anos é de R\$ 22.813 em 31 de dezembro de 2015.

A movimentação do plano no exercício foi:

	Quantidade total de opções	Preço de exercício médio ponderado
31 de dezembro 2014	8.912.000	30,09
Concessões	759.000	20,10
31 de dezembro 2015	9.671.000	28,35